

TRABALHOS DE CIÊNCIAS SOCIAIS

Série Antropológica Nº 46

Brasília-DF

1984

Trabalho a ser apresentado na Reunião do Grupo de Trabalho "Estu
dos Urbanos: Representação e Políticas Públicas" no VIII Encon
tro Anual da ANPOCS em São Paulo (SP), 22 a 26 de outubro de
1984; e a ser publicado pela DIFEL em 1985.

IMAGENS DO ESPAÇO: IMAGENS DE VIDA

(Um estudo sobre Brasília)

Lia Zanotta Machado

Themis Quezado de Magalhães

1000

1000

1000

O debate intelectual sobre Brasília, reconhecida como maior obra dentro dos parâmetros do urbanismo moderno, gira primordial e invariavelmente em torno da natureza desta modernidade: a nova organização espacial. Enquanto na análise de outros meios urbanos o debate se desprende do espaço para avaliar o modo de vida, no caso de Brasília não há esse desprendimento. Procura-se indagar e responder sobre o tipo de sociabilidade urbana que a nova organização espacial produziu.

O modo de vida "brasiliense" passa assim a ser totalmente explicado pela morfologia espacial e tudo então torna-se típico, exclusivo e específico de Brasília.

O discurso sobre Brasília faz estranhas perguntas. Em qualquer outra cidade, a maioria das respostas seriam banais.

Todos sabem que, em qualquer cidade, os operários de construção civil embora responsáveis pelo erguimento de moradias, prédios públicos e monumentos, sequer recebem o suficiente para ter casa própria. Mas em Brasília, pergunta-se: onde estão os operários que a construíram? E estranha-se que eles não tenham acesso a clubes, a monumentos e que não tenham onde morar. Operários pioneiros são entrevistados na televisão. Teses acadêmicas e de muito boa qualidade foram feitas sobre o alojamento dos operários de construção com relação ao assentamento e ao uso dos equipamentos da cidade. Mas por que considerar extraordinário este alojamento?

Sabem todos, também, que em qualquer cidade, os "burgueses" e a "classe média" (quando pode), cotidianamente se deslocam de automóvel particular da casa para o trabalho e para o lazer. Mas em Brasília este hábito é considerado muito estranho. É uma imposição da cidade: Brasília foi feita somente para o automóvel. Critica-se em todas as cidades a precariedade dos transportes coletivos. Em Brasília, esta crítica é suplantada por outra: os funcionários de rendimentos "médios" e "baixos", ao in

1900

1901

1902

vês de utilizarem os transportes coletivos, utilizam ônibus exclusivos. O argumento é de que assim se privam da sociabilidade ampliada propiciada pelos coletivos. Mas, por que, a partir desse argumento, não se critica genericamente o uso do automóvel particular em todas as cidades?

Em qualquer cidade, sabe-se também que o uso diferenciado do solo urbano implica em valorizações hierarquizadas do ponto de vista do capital. Assim, a expulsão dos segmentos populares e "até" de "classe média" das áreas mais valorizadas e centrais é fato genérico. Mas só Brasília recebe a alcunha de "ilha da fantasia". É a nova organização espacial de Brasília que produz a segregação dos estratos sociais no espaço.

E é ainda especificamente em Brasília que a "classe média" tem dificuldades de conviver com vizinhos, de estabelecer encontros espontâneos com desconhecidos, de trocar informações, e de estabelecer relações entre indivíduos de diferentes classes sociais. Só em Brasília, o indivíduo se sentiria solitário diante de "anônimos", alienado da sua cidade porque não é seu dono, porque não a conhece integralmente, porque não é capaz de decifrar o sistema de endereçamento por "letras e números", e porque se sente oprimido diante de sua monumentalidade e diante da presença do Estado.

Por que se atribui tantas conseqüências à morfologia espacial de Brasília? Por que tanto dela se espera e se desespera?

Brasília é filha integral do urbanismo moderno do final do século XIX que exigia não mais a "reforma" parcial das cidades mas o projeto e a construção de uma cidade concebida como um todo. Brasília é toda uma cidade nascida diretamente de uma prancheta e implantada no vazio do cerrado. Assim ela é vista como um teste de uma concepção urbanística: dos meios que utiliza para projetar uma cidade e dos objetivos que se propunha

17 11 19

18 11 19

19 11 19

alcançar. Com uma nova organização do espaço, procurava-se e esperava-se uma nova sociabilidade urbana. Assim, irremediavelmente estão imbricadas as concepções de "espaço urbano novo" e de "cidade-utopia". A característica da concepção urbanística presente no projeto de Brasília é adotar o partido urbanístico de separar espacialmente as funções de "habitar, trabalhar, cultivar o corpo e o espírito e circular". A cidade, deveria ser a composição de unidades ideais, distribuídas eficientemente de acordo com a escala de tempo cotidiano. Segundo Le Corbusier, uma das principais figuras catalizadoras do urbanismo moderno: "(...) cada uma colocada a serviço das funções que ocupam ou deveriam ocupar o tempo cotidiano: unidades de habitação compreendendo a morada e seus prolongamentos; unidades de trabalho: oficinas, manufaturas, escritórios; unidades de cultura do espírito e do corpo; unidades agrárias, (...); enfim, ligando todos os elementos e lhes emprestando vida, as unidades de circulação (...)" (1971; 62:2)

Esta concepção nasceu da proposta de debelar o caos urbano gerado pela concentração da indústria capitalista, não só colocando em ordem as funções desempenhadas pelas cidades, como devolvendo a cidade para o homem. Será procurado então o "equilíbrio entre o homem e seu meio" (Le Corbusier, 1971, p. 48, grifo nosso). "Uma linha geral de conduta será adotada, aplicada a uma civilização do trabalho, que, depois dos tumultos da presente crise, entrará em seu segundo ciclo, que deverá abrir uma era de harmonia" (Le Corbusier, 1976, p. 86). Ante o esmagamento da natureza do homem pelo espaço hostil, os arquitetos são convocados ao tratamento do espaço para que recuperem o meio, para devolver ao homem aquela parcela de sua plenitude que está sufocada: a sua natureza. "Só êle nos preocupa — o homem" nos diz Le Corbusier (1971, p. 24). A homogeneização dos homens, por sua condição biológica, implica no privilegiamento das condições de atendimento dessa natureza. Daí a importância dada ao espaço, pois, é através deste que se torna possível a proteção da biolo

17
18
19
20

21
22

23
24
25
26

gia humana: luz solar, oxigênio e amplitude para exercer suas atividades. A solução morfológica da separação das unidades funcionais e a oferta de equipamentos urbanos a todos permitirá organizar a cidade e torná-la "salubre" para todos.

A contra-proposta do caos urbano se fundamenta pois numa igualdade da condição humana, supõe a existência de um habitante urbano genérico e espera que entre eles e o meio se possa estabelecer "harmonia e equilíbrio". O urbanismo moderno pretende, portanto, chegar a um novo estilo de "agregação humana". Por aí se insinua a idéia de que uma nova cidade deve ser também uma nova sociedade: constrói-se uma utopia. Homens genéricos se relacionarão igualmente com o meio urbano e assim será instaurada harmonia entre eles.

Examinemos com atenção as implicações decorrentes do uso da categoria homem. Ter por princípio o homem significa tomar cada indivíduo como uma unidade plena de toda a humanidade. Ter por princípio o homem é universalizá-lo e generalizá-lo. É abstrai-lo das suas diferenças e desigualdades e é esquecer as relações sociais que entre si estabelecem. Este ser universal e abstrato é o indivíduo de tipo moderno. Não se trata do agente empírico, é um valor que lhe é dado. É o indivíduo, "ser moral, independente, autônomo e assim (essencialmente) não social, tal como se encontra antes de tudo na nossa ideologia moderna do homem e da sociedade". (Dumont, 1977). É para este indivíduo, ser universal e abstrato, que se orienta o novo desenho das cidades proposto pelo urbanismo.

Quais são as decorrências dessa formulação? Por um lado, insinua-se uma idéia democratizante de cidade: para todos, inclusive o operário (ou especialmente ele, porque até então excluído do acesso a equipamentos urbanos e em condições subumanas de vida) devem ser dadas condições de "salvaguardar a segurança física e moral (...), a salubridade, o raiar de um ambiente luminoso, limpo, harmonioso" (Le Corbusier, 1976, p. 74). Por

12
13
14
15

16
17
18

19
20
21
22

23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

outro lado, as propostas genéricas deste urbanismo são, enquanto tal, indiferentes às intenções de continuidade ou à transformação de um dos eixos básicos da distribuição das classes sociais pelo solo urbano no capitalismo: a segregação espacial das moradias entre "pobres" e "ricos". Os princípios do urbanismo não estão centrados nesta questão.

Também são indiferentes à questão de se o uso de equipamentos urbanos como centros de lazer, esporte e unidades de comércio deverá ser feito em comum por diferentes classes sociais ou se apenas será necessário que todas as classes sociais tenham acesso ao mesmo tipo de equipamento. Essa "indiferença" deriva do modo como o urbanismo concebe os habitantes da cidade: são indivíduos genéricos e universais. Esta concepção está enraizada na ideologia individualista que permeia todas as sociedades capitalistas. Sua conseqüência é a de que a "nova sociabilidade urbana" esperada pela implantação de um "espaço novo", constitui-se numa "utopia" de delineamento muito fluido e elástico. Esta "utopia" poderá ser moldada a imagem e semelhança de diferentes propostas políticas. E é, também, certamente, uma utopia capaz de congrega e fazer sobrepor uma série de valores, nem sempre coerentes entre si, mas inscritos no imaginário social.

Sobre essa utopia do urbanismo incidiu a utopia do minante do momento histórico brasileiro da construção de Brasília. Brasília, meta de desenvolvimento; meta de integração regional; meta civilizatória; marco de uma nova sociedade brasileira mais mais democrática, quem sabe, futuramente socialista.

Com Brasília se pretende a distribuição uniforme de um "espaço natural" a todos, de tal forma que a liberação do solo seja integral, sem barreiras. A configuração das super-quadras e do uso de pilotis nos blocos residenciais faz com que o solo "deixe de ser (apenas) espaço de utilização de usuários da unidade residencial" e seja "recuperado em escala urbana" (Go rovitz, 1979, p. 3). Com Brasília se pretende determinar diferen

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

tes espaços apropriados a cada função: a setorização das funções de habitar, trabalhar, recrear-se e circular. Mas também com Brasília, Lúcio Costa, explicitamente pretendia "reunir em cada um destes espaços de vizinhança (constituído por um conjunto de quatro super-quadras com os necessários complementos — escolas primárias e secundárias, comércio, clube, etc.), as diferentes classes sociais, que seriam assim integradas em todo o conjunto urbano e não estratificadas em bairros 'ricos' e 'pobres'". (Costa, 1970, p. 7)

A intenção de Lúcio Costa era fazer conviver "pobres" e "ricos" não na mesma super-quadra mas no uso dos equipamentos de uma unidade de vizinhança. Portanto, não propunha o fim da segregação espacial dos pobres e ricos, mas uma maior proximidade. Esperava que além da harmonia de indivíduos com o meio urbano, se desse a convivência harmônica e próxima de diferentes classes sociais. Sobre essa intenção explícita de Lúcio Costa, outras esperanças se construíram: o fim da segregação espacial entre "pobres" e "ricos" e, quem sabe, o fim das contradições de classe em Brasília.

Torna-se claro porque tantas foram e são as apologias e as críticas à Brasília. Através de seu "espaço novo" deveria produzir não só uma nova relação de indivíduos com o meio urbano mais racional, mais eficiente, mais harmônica e mais condizente com a condição natural de ser humano biológico e integral, como explicitamente deveria instaurar uma forma democrática de viver onde "pobres" e "ricos" não fossem separados espacialmente e tivessem acesso ao uso dos mesmos equipamentos urbanos. A "harmonia do homem com a natureza" soma-se e confunde-se com a "harmonia social" entre as classes. A partir de um "espaço novo", espera-se uma "cidade-utopia", pintada com tintas e pinceladas bastante variadas.

A "cidade utopia" condensa assim diferentes valores que, no entanto, são todos pensados como interligados e decorren-

1
2
3
4
5

6
7
8
9
10

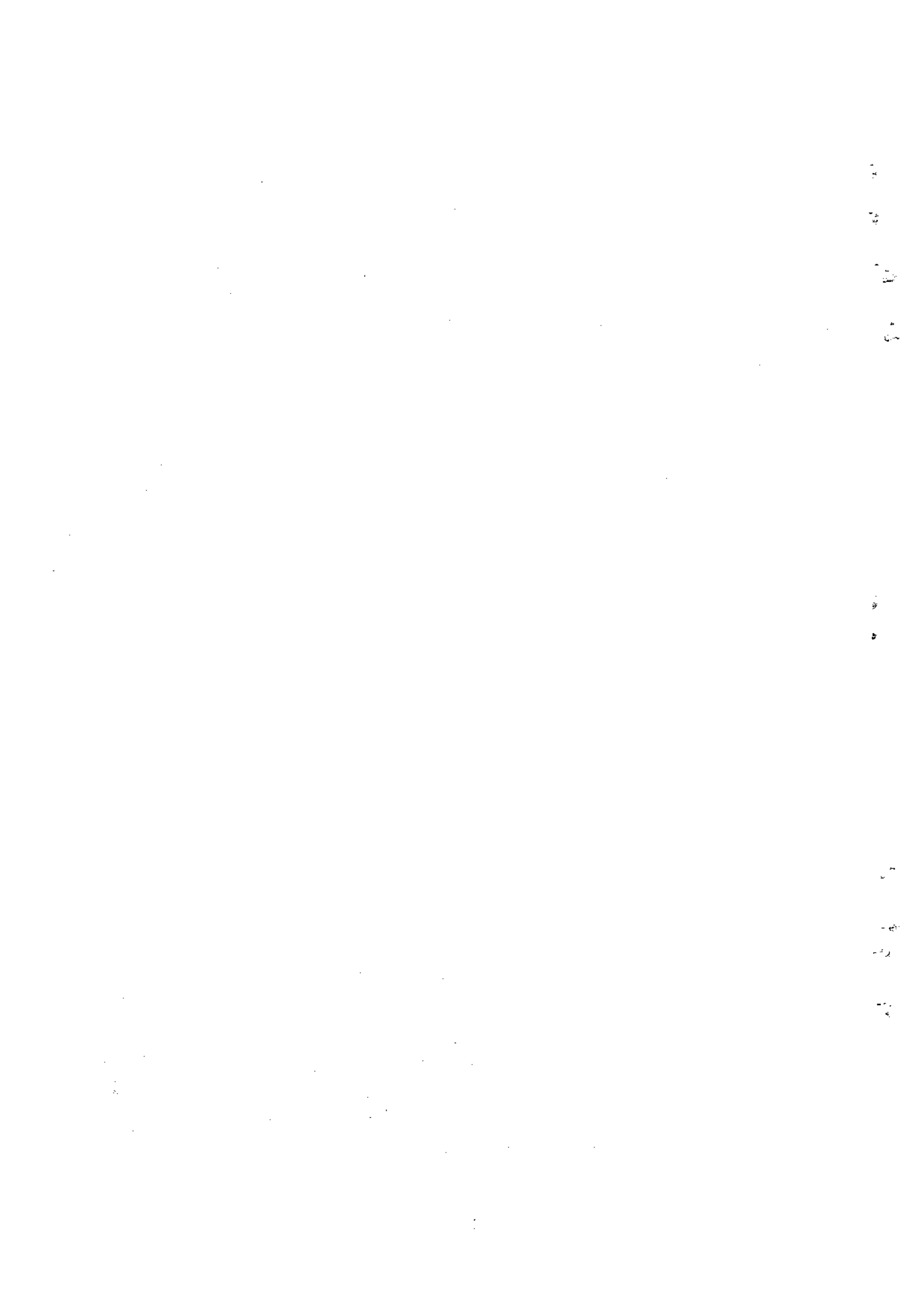
11
12
13
14
15

cia natural da instauração do "espaço novo". O "espaço novo" se torna significativa de todo um projeto cultural de conotações múltiplas. É por isso que no discurso intelectual de Brasília, não se consegue falar de nenhuma das características da cidade sem referi-la ao "espaço novo" quer criticando-a quer fazendo-lhe a apologia.

Uma forma de refletir sobre os termos do debate intelectual é confrontá-lo com as imagens e representações dos habitantes usuários de Brasília, diferenciados enquanto membros de "classes médias" e de "classes populares" e enquanto visões a partir do centro (Plano Piloto) e da periferia (cidades satélites). Perguntar sobre as leituras que as diferentes classes fazem do espaço, sobre as formas como constroem a representação da cidade como modo de vida torna-se necessário para saber se os habitantes de Brasília se colocam ou não no mesmo plano do discurso intelectual: um espaço novo capaz de produzir um novo tipo de sociabilidade urbana.

Este confronto é o primeiro passo para uma reflexão final sobre o significado de Brasília e da sua especificidade. Nos termos do debate intelectual, diz-se que Brasília "deu certo" ou não sempre de acordo com a utopia que se espera da cidade. Acreditamos que a questão deva ser deslocada deste plano. Se Brasília "deu ou não certo", sua referência não deve ser a utopia.

Para críticos e apologistas, Brasília é o resultado de uma interferência "artificial" do Estado na organização do espaço urbano. Os primeiros a consideram autoritária. Para os segundos, embora o ato de planejar seja "autoritário", a finalidade é democrática. Perguntamos. Seria "artificial" e "arbitrária" essa intervenção? Não estariam os pressupostos culturais dessa "intervenção" presentes nas próprias tendências "naturais" das novas regras de organização urbana contidas nos valores do racionalismo e do individualismo que cada vez mais se estendem e in



tensificam nas sociedades capitalistas?

Apoiando-nos no significado da nova organização do espaço, empreendemos pesquisa sobre as camadas sociais de renda média na menor área congregadora da população, a unidade de vizinhança. Na escala urbana, esta é a menor parte da cidade onde estão ao alcance dos moradores todos os componentes da vivência urbana, no que significa de posse de um território comum, sem perda da interação entre os mais diversos universos sociais. No caso de Brasília, definimos para pesquisa aquela unidade onde mais fielmente foram obedecidos os elementos formais fundantes da congregação urbana, no sentido que lhe confere o urbanismo moderno: o acesso de todos aos equipamentos urbanos, sem prejuízo do acesso à natureza⁽¹⁾.

A pesquisa sobre as camadas sociais de baixa renda foi realizada no Setor Sul da cidade-satélite do Gama, em dois conjuntos residenciais vizinhos, cujo desenho é semelhante ao das quadras de habitações individuais na Asa Sul do Plano Piloto: uma área verde (isto é, deveria ser verde) intermediando as duas linhas de casas que formam um conjunto e a via de acesso que intermedia os dois conjuntos.

BRASÍLIA, CIDADE-ESPAÇO

Para os segmentos médios, Brasília, a princípio, não é um outro lugar, no sentido de que aqui se viveria uma outra sociabilidade, ou se viveria um outro modo de vida. Por sua inserção definitiva no mercado de trabalho urbano, as cidades, para os segmentos médios, se equivalem como recursos para realização de um projeto de vida individualizada. Não há a cidade

(1) Foram realizados, no total, 45 entrevistas em profundidade, na faixa de renda familiar, entre os segmentos médios, de 10 a 20 salários-mínimos, habitantes das superquadras de números 100 e 300, e, entre os segmentos populares, de 1 a 3 salários-mínimos.

11
12
13
14
15

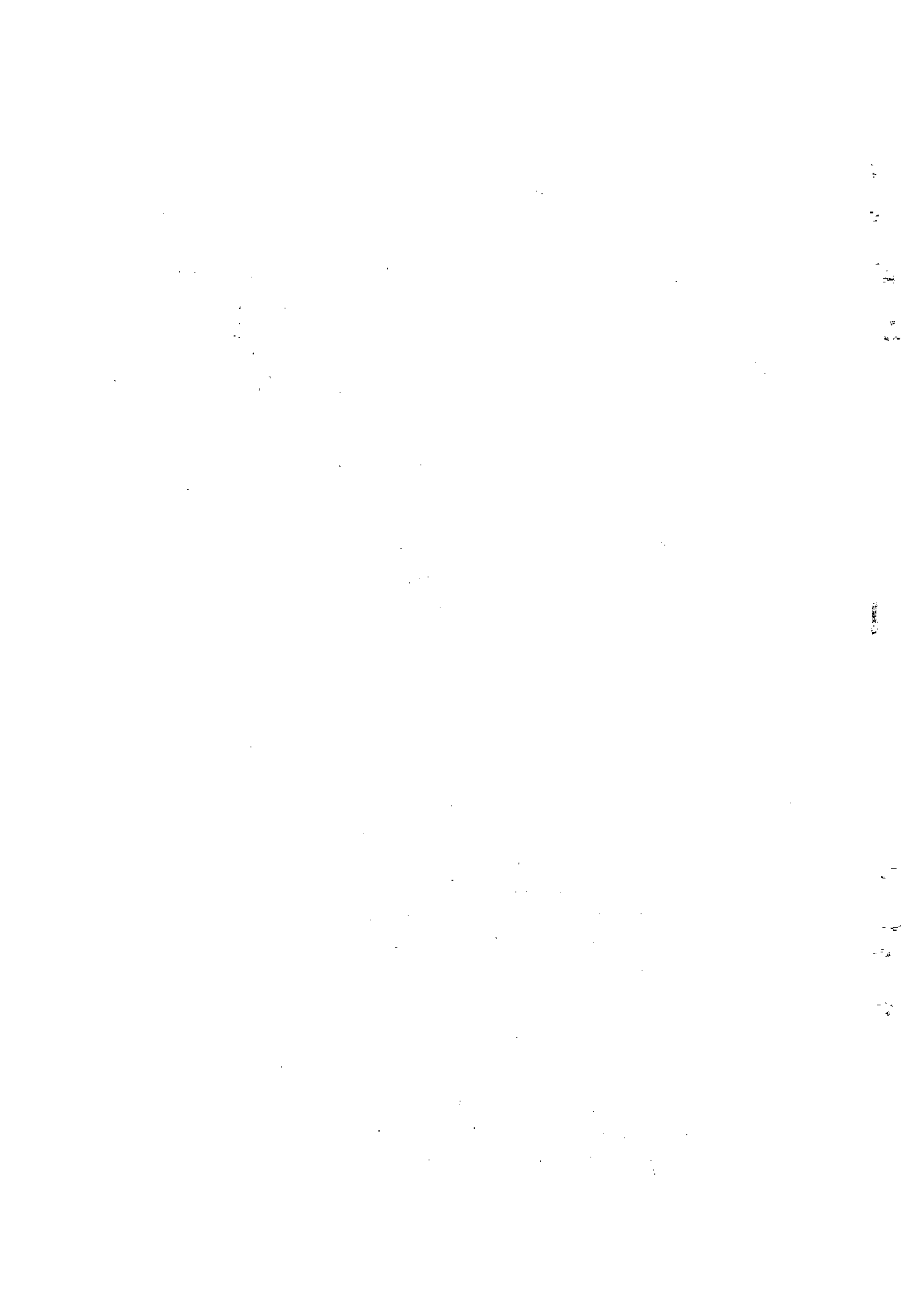
16

17
18
19
20

a priori, se não um projeto de vida, ao qual se devem somar meios para sua efetivação. As cidades tem, assim, a conotação de recursos, no sentido de que contêm os elementos necessários a um modo de vida dado a priori. No dizer de uma das moradoras: "(...) a minha vontade era sair de Marília p'ra qualquer lugar que fosse. (...) (Brasília) não foi assim uma 'opção' (...) Eu queria sair, só isso que eu sabia. Então, o que ficou mais fácil p'ra mim foi Brasília, 'que eu já tinha irmãs que moravam aqui'".

Nesse sentido, Brasília não só recebe a mesma conotação de recursos para um projeto de vida dada ao centro urbano, como, por essa relação estrutural entre o habitante e o lugar habitado, Brasília tem o mesmo valor dos outros centros urbanos. Não há uma especificidade de Brasília e sim determinadas condições importantes para a realização de um determinado modo de vida. Não há outro lugar, se não há condições favoráveis a um projeto de vida. Não há o centro urbano, em outros termos, não há "Brasília", se não o alcance pessoal de elementos fundamentais, viabilizadores, de uma vida individualista. Viver em Brasília, antes de ser viver "em Brasília" — de estar num determinado espaço — é aceder a meios de uma vida individualista no meio urbano: "A gente não pode ficar pensando, pensando, porque a vida da gente tem que ser feita, n'ê? Eu ia ficar agora porque eu estava esperando, dois filhos e vinha o terceiro, mas tinha perspectiva tanto p'ra mim quanto p'ro meu marido, aqui, n'ê?, porque ele já tinha tido um oferecimento de (...) recebendo umas três vezes do que ele recebia no Rio. Eu vim p'ra cá recebendo o dobro, n'ê? (...)"

Brasília, antes que uma vida num certo espaço, é o alcance da estabilidade financeira, a aquisição da casa própria, do transporte particular, o acesso a escola para os filhos, ao lazer dos cinemas, teatros, clubes, às áreas livres para o desenvolvimento dos filhos pequenos, às ruas da cidade, no que possa significar de descongestionamento e segurança física, para



ir e vir do seu trabalho, ir e vir para abastecer sua casa, é o acesso aos locais de compra, por fim, é o acesso a cidade no que ela significa de meio de vida.

Brasília vai se configurar como uma cidade específica a medida da realização do projeto individual. Se num primeiro momento, Brasília equivale a qualquer cidade, a efetivação pessoal do projeto de vida, vai distinguir Brasília dos outros centros como o lugar onde se pode levar a termo o projeto de vida individualizada.

A trajetória de vida se projeta no espaço da cidade. A cidade torna-se o lugar — a diferença de qualquer outro — onde se vive de certo modo. Brasília, lugar onde se pode encontrar recursos para a plenitude de um modo de vida, é agora o lugar desse modo de vida. Em suas próprias palavras: "(...) porque tudo eu consegui em Brasília: eu consegui um apartamento na 108, eu comprei um apartamento, montei direitinho, eu tenho um carro (...). Consegui coisa que se eu estivesse no Ceará ou na minha terra (...) eu não teria conseguido lá (...)". E afirma outra informante: "(...) Eu só fiz isso porque foi em Brasília, porque se não fosse em Brasília eu não tinha feito, tenho certeza disso. (...) Brasília dá muito mais perspectiva assim, muito mais possibilidades para as mulheres (...) (no Rio) todo mundo tem uma vida muito presa aos problemas de casa e de filhos (...) não sobra tempo p'ra se cuidar (...)".

Por um modo de vida dado a priori, os segmentos médios usam o espaço de Brasília tal como usam o espaço dos outros centros. Sua lógica de uso não está na morfologia do espaço, se não no sentido utilitário do espaço como equipamento para viabilização do modo de vida individualizado: a vida em pequenos núcleos familiares — composto essencialmente dos pais e seus filhos. São os fins sociais dessa forma de associação que vão dar significado ao espaço e definir o seu modo de uso.

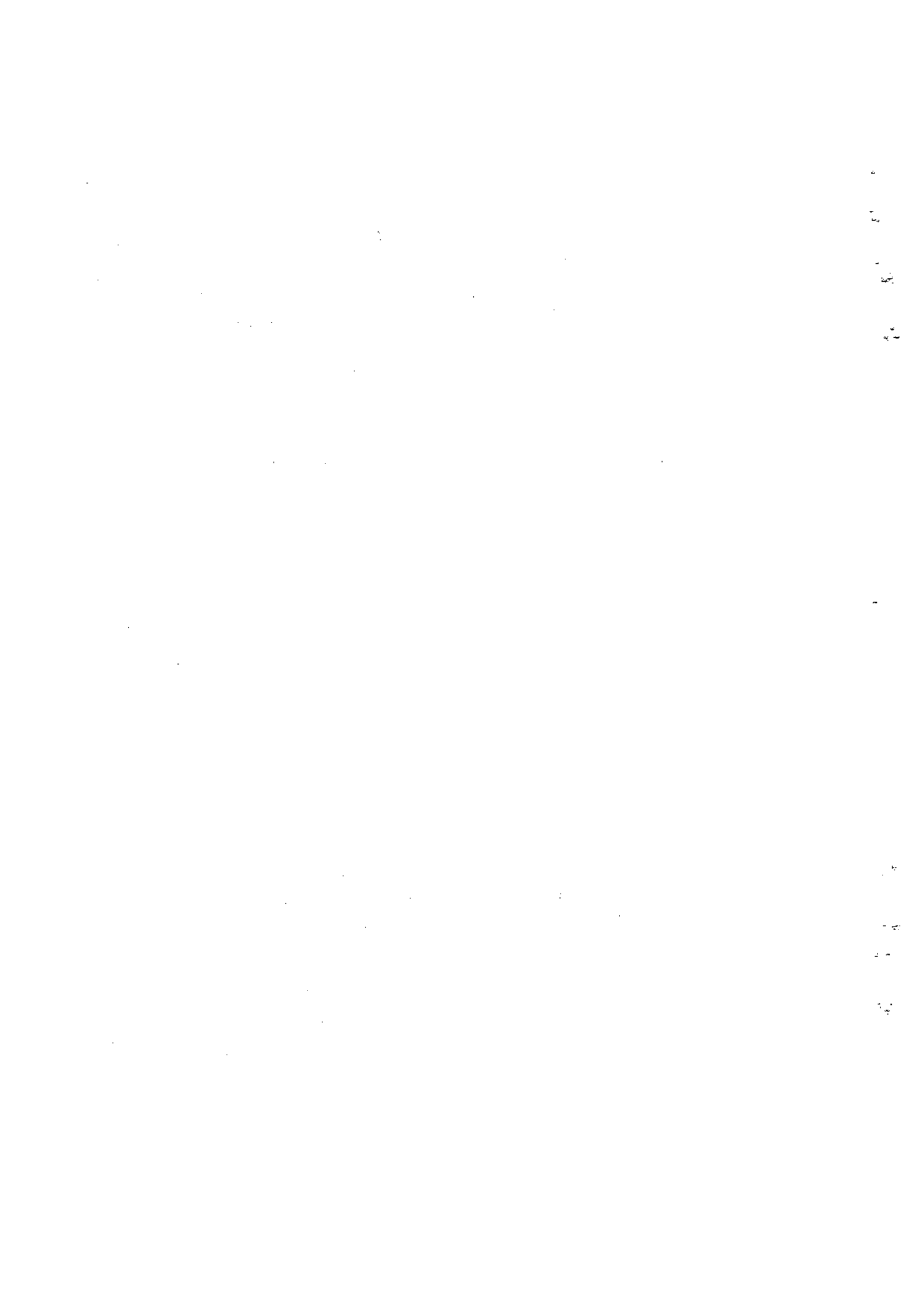
A vida em pequenos núcleos familiares tem por obje

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

tivo social a qualificação igualitária de seus membros. Está voltada para o desenvolvimento cultural individual. Nesse sentido, as condições de vida dos segmentos médios vão ser os meios de dar qualificação aos seus membros. Dizem respeito a tudo aquilo que cumpre as funções de desenvolvimento cultural do indivíduo, como seja: o trabalho, a moradia, a instrução, a manutenção da saúde, o lazer. Os segmentos médios voltam-se para o espaço urbano; não para a sociabilização mais ampla que poderia haver no uso de uma área coletiva, por excelência, mas para a busca individualista de suas funções. É assim o modo individualista de inserção no espaço urbano que vai definir a representação, o uso e a leitura deste espaço.

O espaço urbano tem assim a conotação de instrumentalidade. É percebido como o conjunto de equipamentos que propiciem o desenvolvimento individual, e que estejam disponíveis ao núcleo familiar, para que possa gerir seus próprios fins — a qualificação de seus membros. É o conjunto dos equipamentos coletivos disponíveis aos indivíduos de tal modo que o seu uso não prejudique nenhuma das funções necessárias ao seu pleno desenvolvimento. Quer dizer, de tal modo que o uso de um não restrinja o uso dos outros: "(...) eu sabia o tipo de vida que os meus parentes levavam no Rio; era uma vida de escravidão aos filhos. Você não vai deixar os filhos crescerem feito batata (...) Você tem que dar oportunidade a um que quer fazer um balé, outro que quer fazer uma natação (...) e eu ia ter condição de trabalhar coisa nenhuma?! (no Rio). Isso foi uma coisa que eu achei bacaníssima em Brasília (...) o meu mais velho (...) chegou a época de freqüentar o jardim, já tinha jardim dentro da quadra (...) não tinha problema, se você não pudesse levar, a criança ia tranquilo (...) mãe no Rio (...) não tinha direito de ter a vida dela (...) E aqui não, aqui os filhos não me atrapalham de trabalhar (...)".

É a escola para os filhos, mas de tal modo próxima a casa que não se faz necessária a companhia do adulto e assim



o desobriga para o trabalho fora de casa. É o parque para as crianças se desenvolverem nas suas brincadeiras, mas de tal modo anexo a casa que as crianças estejam ao alcance da visão e da voz da mãe, sem que seja necessário a suspensão dos seus trabalhos domésticos. É o local de trabalho, mas com tal descongestionamento de percurso que se pode manter o controle da casa, pela facilidade de retorno nos intervalos: "Eu acho, por exemplo que eu não me adaptaria a morar no Rio de Janeiro ou São Paulo, num centro assim com muito movimento, muito trânsito...(...), que tudo é difícil, sai de manhã chega de noite... Eu acho Brasília assim uma vantagem maravilhosa: por maior que seja a distância, na hora do almoço você pode vir p'ra casa (...)"

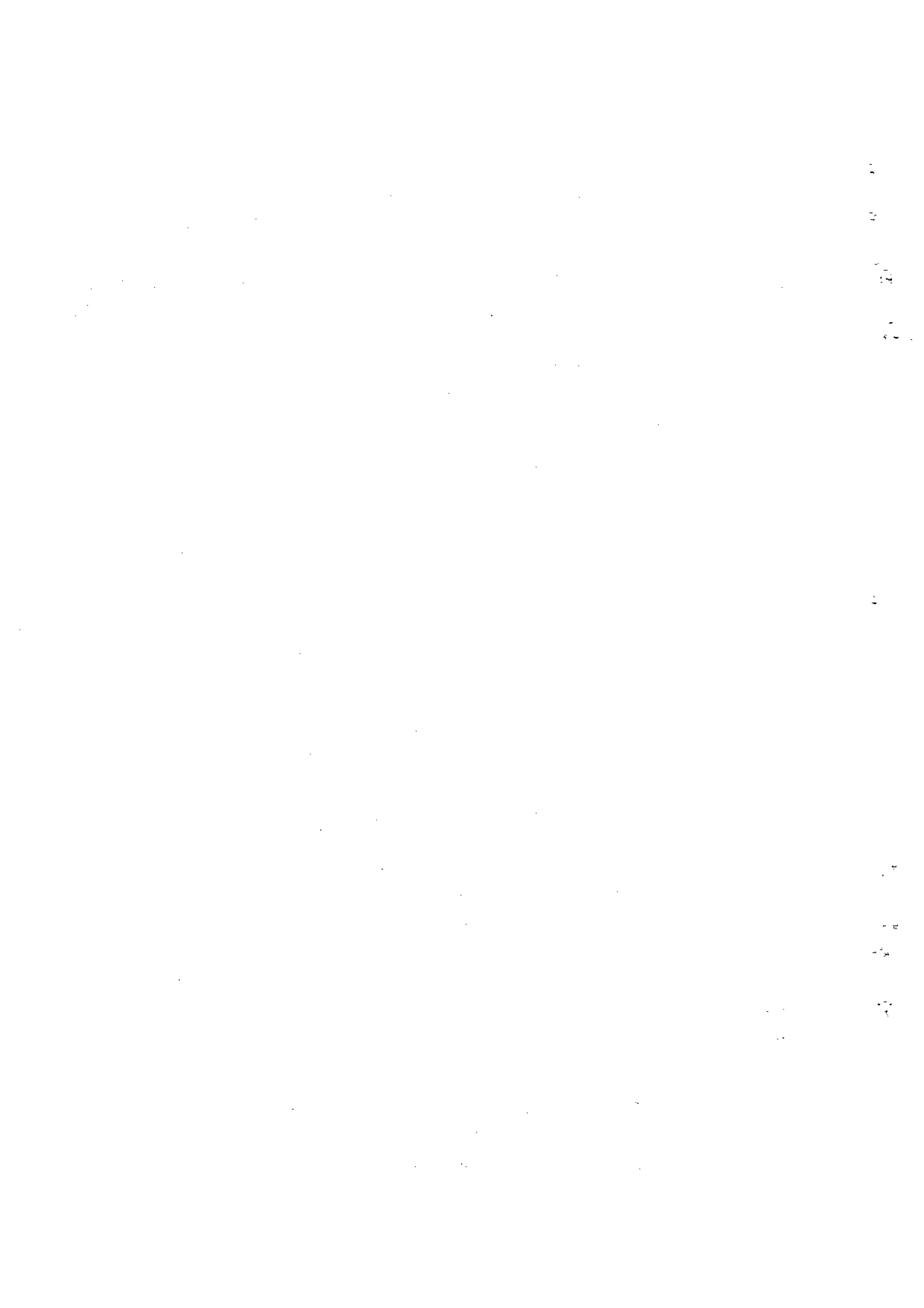
Com significado de instrumentalidade ao modo de vida individualista, os segmentos médios operam dois níveis de recorrência ao espaço urbano. Se, num primeiro, o espaço é a busca de funções de qualificação dos indivíduos, num segundo nível, o espaço é a própria acessibilidade às funções. Colocada nos termos de proximidade, descongestionamento de trânsito, tranquilidade, rapidez de percurso, há neste nível a recorrência explícita ao espaço, como componente de acessibilidade aos equipamentos urbanos, como condição de vida, em última instância.

A recorrência estrutural ao espaço urbano pelos segmentos médios, por mais paradoxal que pareça, faz de Brasília, simultaneamente, uma cidade igual e distinta das demais. Faz uma cidade igual às outras porque aqui como nos outros centros o seu espaço é tomado como instrumento de um modo de vida. Em consequência, mantém-se em Brasília o mesmo modo de uso do espaço como se faz nas outras localidades, com implicações de uma mesma leitura pontual feita em outros centros. Espaço-instrumento, a caracterização da cidade não passa por sua morfologia e sim pela eficácia do acesso individual. Os segmentos médios referem-se ao seu espaço, e por fim caracterizam-na por este espaço; contudo, não em termos da morfologia, mas da eficácia: "(...) a gente

sai de Brasília vai p'ro Rio, p'ra São Paulo, Belo Horizonte, você não vê essa tranqüilidade que existe em Brasília, vamos dizer assim, de locomover de um lugar p'ra outro, em termos de grande cidade (...) Como cidade eu acho espetacular". No dizer de outro informante: "(...) eu fiquei louco, com vontade de voltar (da terra de origem) (...) acho que é a estrutura da rua (...) E aqui você não vê aperto de nada; a não ser no trânsito, assim, duas horas. Mas assim: gente caminhando, rua apertadinha empinhada de gente?, você não vê".

Brasília distingue-se então dos outros centros pela eficácia maior de seu espaço diante de um modo de vida individualizado, em termos de proximidade da escola e do comércio de primeira necessidade à habitação; do descongestionamento do trânsito e da rapidez de percurso entre os vários trajetos: casa, trabalho e lazer. Por sua relação estrutural com a cidade, como o espaço instrumento da sociabilidade familiar, os segmentos médios distinguem Brasília dos demais centros por aquilo que faz uma cidade diferente da outra: o seu espaço; entretanto, como já dissemos, não em termos de sua morfologia, mas de sua eficiência. Desse modo, Brasília não é representada como uma outra organização espacial em função das quadras e superquadras homogêneas, ou da ausência de barreiras das áreas residenciais pelo uso dos pilotis, ou da separação das funções em unidades exclusivas. Brasília se distingue dos outros centros por seu espaço, contudo, a partir da mesma perspectiva que representa e avalia todo e qualquer espaço urbano: um recurso ao acesso dos equipamentos. Uma vez que se encontra em Brasília uma eficiência maior, atribui-se a ela uma especificidade em relação às outras: é o lugar onde se tem as necessidades complementares à habitação próximas, escola e comércio e principalmente onde se vai a qualquer ponto com rapidez.

Os segmentos médios, por sua recorrência estrutural ao espaço urbano fazem de Brasília uma cidade específica por sua componente espacial. Em outros termos, Brasília vai se disti



tinguir dos outros centros pelo seu espaço; como o lugar onde se tem um espaço "diferente". Concebe-se como diferença aquilo que de fato, é sua eficácia: "(...), vamos dizer, (...) as facilidades de Brasília, por exemplo: descer aqui na quadra, tem tudo na entrequadra que precisa — pelo menos no primeiro momento tem aqui na quadra! Em Recife as coisas são mais difíceis de você conseguir assim".

É ainda por essa eficiência maior do espaço brasileiro ao modo de uso individualista dos equipamentos urbanos que a classe média dá especificidade a Brasília: é a cidade "sem nomes", onde "tudo é por letra e número"; é a cidade onde se anda "contando" e que basta "entender" para saber onde está e como ir a qualquer uma de suas partes. Não é necessário ver para "conhecer" seus lugares; basta compreender a "sua sistemática". Assim, o endereçamento acentuadamente racionalista de Brasília, onde se perdem as referências visuais para dar lugar à referência formal de letras e números, não se constitui em dificuldade para os segmentos médios. Ao contrário, convém à sua própria leitura da cidade. Para estes segmentos, a cidade são pontos — lugares — de interesse objetivo entre os quais medeia, primordialmente, o tempo gasto entre o ponto de partida e o ponto de chegada: "(...) eu saio daqui cedo, vou p'ro consultório (...) saio daqui às 7 e meia, trabalho até às 15 p'ras 9, saio de lá, pego o carro e vou p'ro Ministério (...) É tudo ali por baixo mesmo! "Importam-lhes mais as funções e a acessibilidade formal, a eficiência, que a caracterização visual dos elementos urbanos. Na sua leitura, portanto, o espaço perde a conotação morfológica para ganhar mais a conotação formal de funções e posições. No caso de Brasília, onde a eficiência é maior, a leitura racionalista torna-se mais ostensiva.

Dentro do modo de vida individualista, a classe média não tem dificuldade de viver o espaço de Brasília. Eficaz a seu modo de vida, a acessibilidade cotidiana lhe permite a apropriação de parte da área urbana, como área de seu domínio, que,

4

18

24

30

4

4

4

4

4

4

4

4

4

4

4

4

4

4

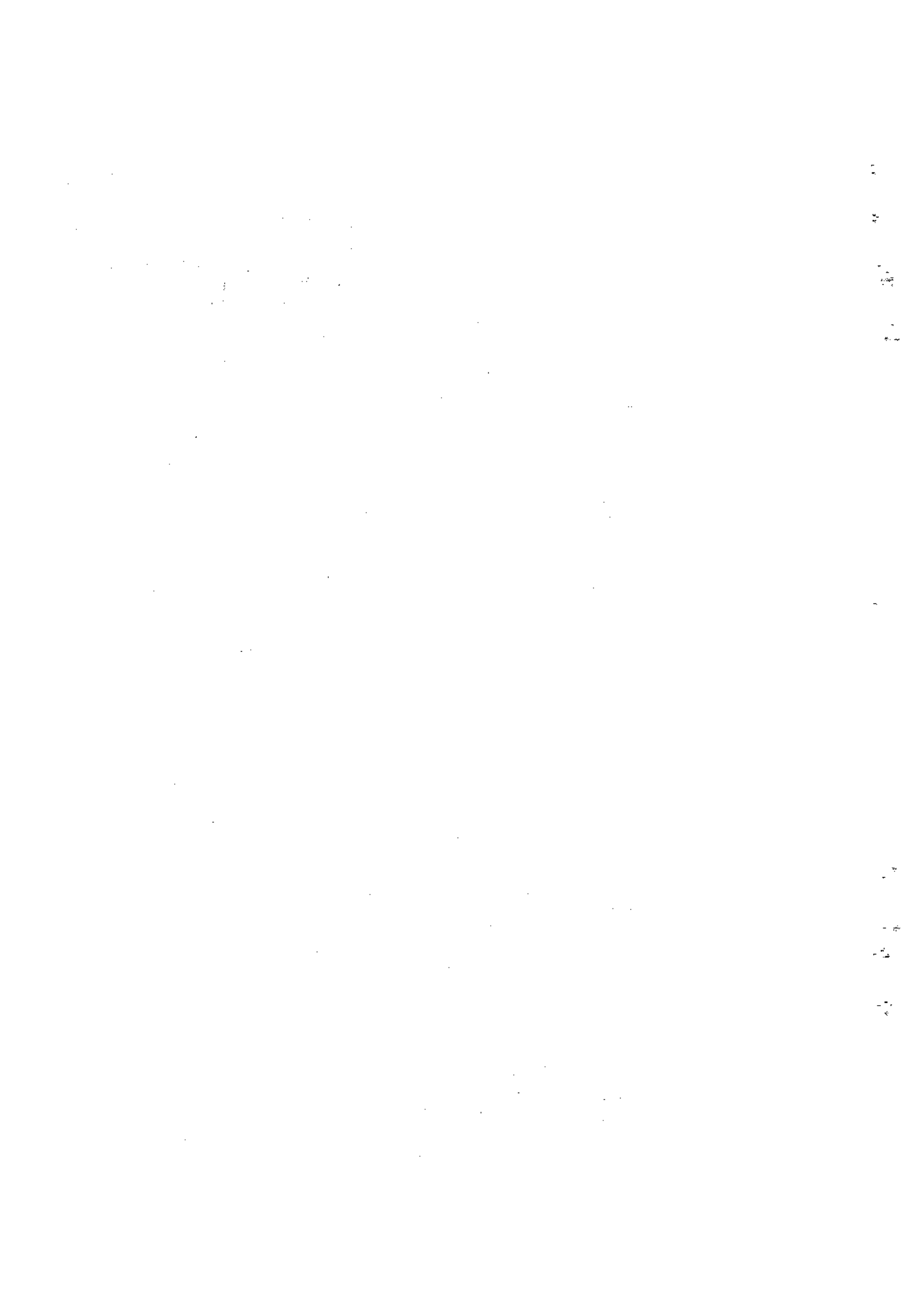
4

4

4

nos seus termos, se conforma com o "centro" da cidade, perfeita-
mente distinto do "outro" centro — aquele oficialmente reconhe-
cido, "o corpo do avião". Não é a área genericamente reconhecida
para o encontro de todos, se não a área de circunscrição da sua
acessibilidade instrumental e onde estabelece suas trocas de in-
formação. Como o modo de vida individualista implica no entendi-
mento de que a acessibilidade ao espaço é tanto mais plena quan-
to mais a aproximação se puder fazer por um grupo socialmente ho-
mogêneo e delimitado, a classe média, não só marca uma área de
domínio, como dentro dela busca marcar um espaço onde este domí-
nio seja compartilhado exclusivamente com seus pares. Neste sen-
tido, constitui seu "território", espaço exclusivo a um grupo de
iguais. Dentro dessa necessidade de delimitação de iguais, a
classe média vai encontrar dificuldade de marcação de seu terri-
tório em Brasília, pela indefinição entre domínio público e pri-
vado, resultante da liberação do solo das áreas residenciais. De
um lado, o uso do pilotis libera o solo e faz de todo o espaço
das superquadras uma só área pública. De outro, a conformação
unitária da superquadra como um todo delimitado por uma única
via de acesso marca simbolicamente um "território" que prioriza
o uso de seus equipamentos (parque infantil, quadra de espor-
tes, escola, área verde e estacionamento de carros) para os seus
moradores. Esta superposição de significados para uma mesma á-
rea, de público — enquanto de todos e de qualquer um, e de pri-
vado — enquanto comum a alguns, apresenta uma ambigüidade cons-
trangedora para os segmentos médios. Essa ambigüidade tem impli-
cado na constante reivindicação da classe média de fechamento
dos pilotis ao uso privado dos moradores, e ainda na idéia de
condominização da quadra, para deixar explícito o que é comum a
todos e o que é comum a alguns.

Adaptada ao espaço brasiliense, a classe média, no
entanto, apresenta uma sobreposição de discurso sobre Brasília.
"(...) lugar bom p'ra morar, p'ra criar filho, p'ra instruir,
p'ra educar", "aquele relacionamento humano que a gente, por



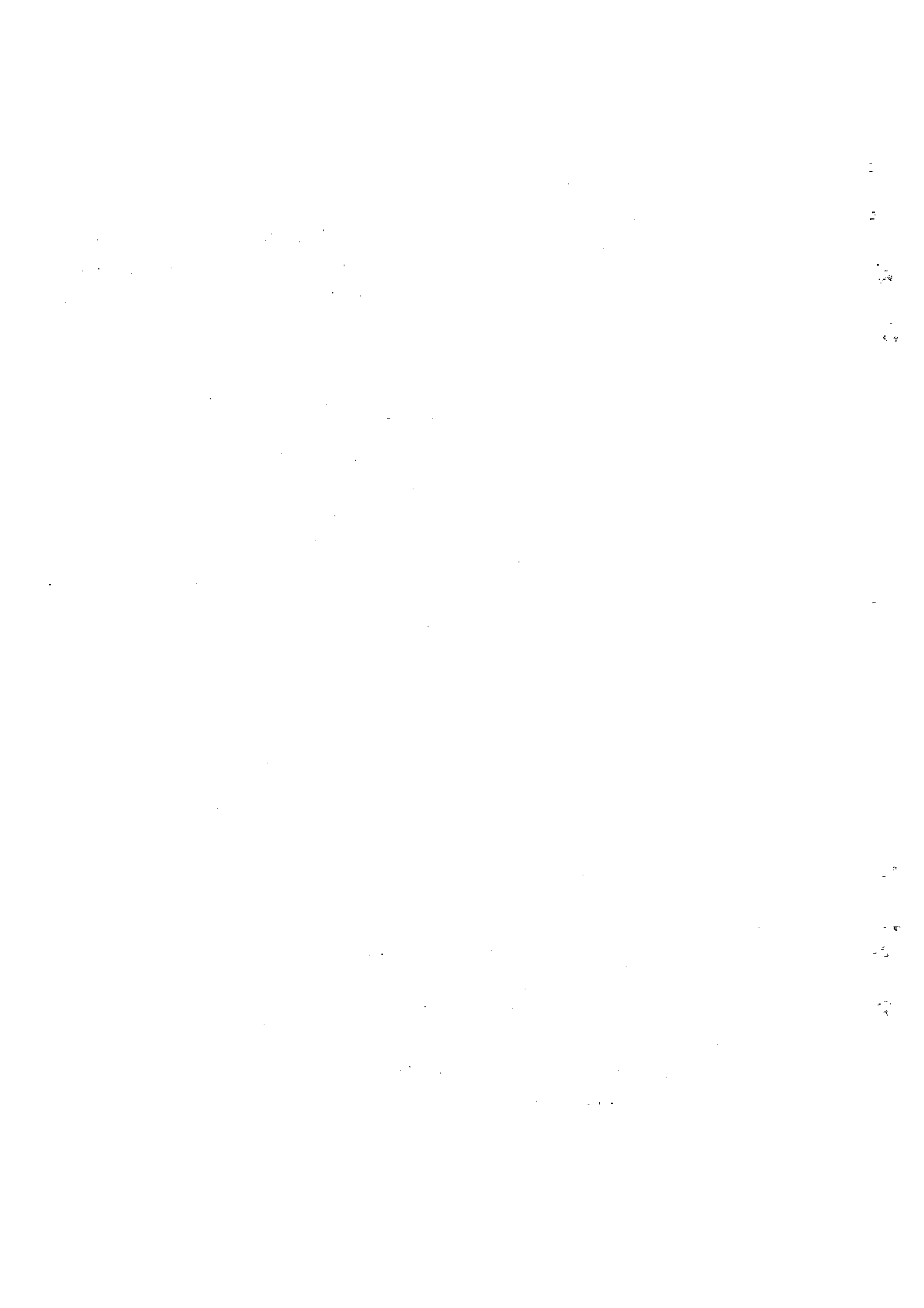
força do próprio temperamento, tem necessidade de viver, aqui em Brasília não se vive". Cidade espaço eficiente à realização de projetos de vida individualizada, a sociabilidade resultante desse modo de vida ainda é determinada por esse espaço. Não mais nos termos explícitos de eficácia instrumental — de proximidade, descongestionamento e rapidez de percurso, por exemplo — mas de falta de lugares "para se ver" e de lugares "para se ir". Apontam a "aparência" da cidade — "tudo igual", "aquele tanto de prédio, só prédio, nada de casa" — e a falta de variedade de cinemas, teatros e outros, como causa do isolamento maior que sentem em Brasília. A rigor, referem-se ao espaço como elemento de "distração", seja na forma de lugares para se ir, seja na forma de lugares para se ver. Contudo, o espaço como "distração" é uma recorrência secundária, que por si não define Brasília. Se a "falta de lugares para se ir" e a falta de lugares para se ver" adquire relevância para explicar o "isolamento" isto se deve a circunstâncias históricas, seja por que se viveu um período de baixo índice de áreas construídas, seja por que a migração, na forma como se deu, implicou no afastamento de laços anteriores.

Porque podem dispor mais dos equipamentos urbanos, os segmentos médios, na migração para outro centro urbano, prescindem das redes de parentesco e amizade para manutenção das suas condições de vida. Estão, desta forma, mais dispostos ao rompimento de toda uma rede de relações primárias e expostos ao "isolamento". Em consequência, se de um lado, o acesso aos equipamentos favorece ao desenraizamento, uma vez afastados de suas relações primárias, passam a depender mais dos equipamentos para superar o afastamento. No caso de Brasília, cidade recém-construída, o rompimento deu-se de forma mais radical. A maioria dos habitantes do Plano Piloto é constituída por funcionários técnicos e administrativos que emigraram através de trajetórias "individualistas", isto é, vieram seguindo projetos que implicaram apenas no acompanhamento dos membros da família nuclear e não no deslocamento de redes de parentesco. Mas a classe média

não entende esta nova condição como uma situação coletiva, e, portanto, de repercussão no modo de vida da cidade; sempre a toma como algo "pessoal". Desta forma, impossibilita que a "solidão" seja atribuída ao "desenraizamento". Daí porque a recorrência maior ao seu espaço e daí porque a conotação deste como determinante do "entrosamento".

Com a estabilização da mudança, amplia-se a rede de relações. Contudo, ainda permanece a sensação de isolamento social. O argumento agora, no entanto, se desloca dos equipamentos para o "sistema de vida" da cidade: é porque todo mundo trabalha, vive ocupado, e assim "convive com os colegas do serviço e fora daí não tem mais fôlego p'ra fazer outros tipos de relacionamento". Mas é porque as novas alianças não substituem o grupo anterior; pois, amizades recentes, não estão assentadas em bases tradicionais que lhes dêem certeza de apoio: um amigo ou vizinho tem sempre o direito de dizer não.

A questão de Brasília, tal como se coloca entre a classe média, como a questão da cidade, não diz respeito à acessibilidade geral a equipamentos comuns, se não à acessibilidade de cada um a equipamentos urbanos de sua necessidade. Embora reconheça a diferença de acesso entre os "ricos" e os "pobres", a questão da segregação social não se coloca. A classe média faz de si o parâmetro da humanidade. Concebendo a sociedade como um todo formado de indivíduos universais e abstratos, naturaliza as diferenças de classe em diferenças circunstanciais, que, superadas, fazem de qualquer um igual a si mesma. Se a uns é restrita a acessibilidade, isto não lhe diz respeito, senão ao Estado, a quem compete o fornecimento de equipamentos "à população". Nas suas reivindicações, no entanto, se limita às suas necessidades, valorando o Estado como instituição a seu serviço, e assim exigindo e esperando que o Estado atenda de acordo com seus critérios e especificações.



BRASÍLIA, CIDADE GRANDE

Para as classes populares, Brasília representa a "cidade grande". O que isso quer dizer?

O modo de vida das classes populares está fortemente calcado na organização da rede extensa de parentesco regida pelo código da reciprocidade e da hierarquia capaz de circunscrever, sob as mesmas regras, a rede de vizinhança e amizade. Assim, espera-se que a cidade propicie não só o encaminhamento de um projeto de vida individualizado através da "obtenção de um emprego", mas que a cidade propicie "trazer mais parentes" e "fazer amizades". Enfim, busca-se refazer no urbano uma totalidade de "pessoas" que se reconhecem como ligadas por uma rede hierarquizada de direitos e deveres. Assim, a tendência é sobrepor a rede de parentes e a rede de vizinhos. De um lado, ter parentes morando na vizinhança é altamente valorizado e, por isso, torna-se comum e, de outro lado, o modelo das relações de parentesco é o padrão tomado para reger as relações de vizinhança ainda que jamais se realize, por definição no mesmo grau.

Em tensão com essa totalidade circunscrita a nível local e grupal, ordenada segundo regras de domínio das classes populares, está a representação da cidade como um conglomerado de indivíduos anônimos e desconhecidos e a da cidade como um local de oferta de recursos públicos: especialmente serviços de saúde e escola.

A via primordial de inserção na cidade é, dessa forma, a rede de relações de parentesco e vizinhança: pontos onde o anonimato se rompe. Esta rede torna-se estratégica e instrumental para a obtenção de emprego e moradia, para aprender a circular (andar) na cidade e para aprender a percorrer os caminhos burocráticos para ter acesso à escola e aos serviços de saúde. Mas esta rede de relações é também um fim em si mesma: "viver

1
2
3
4

5
6
7
8

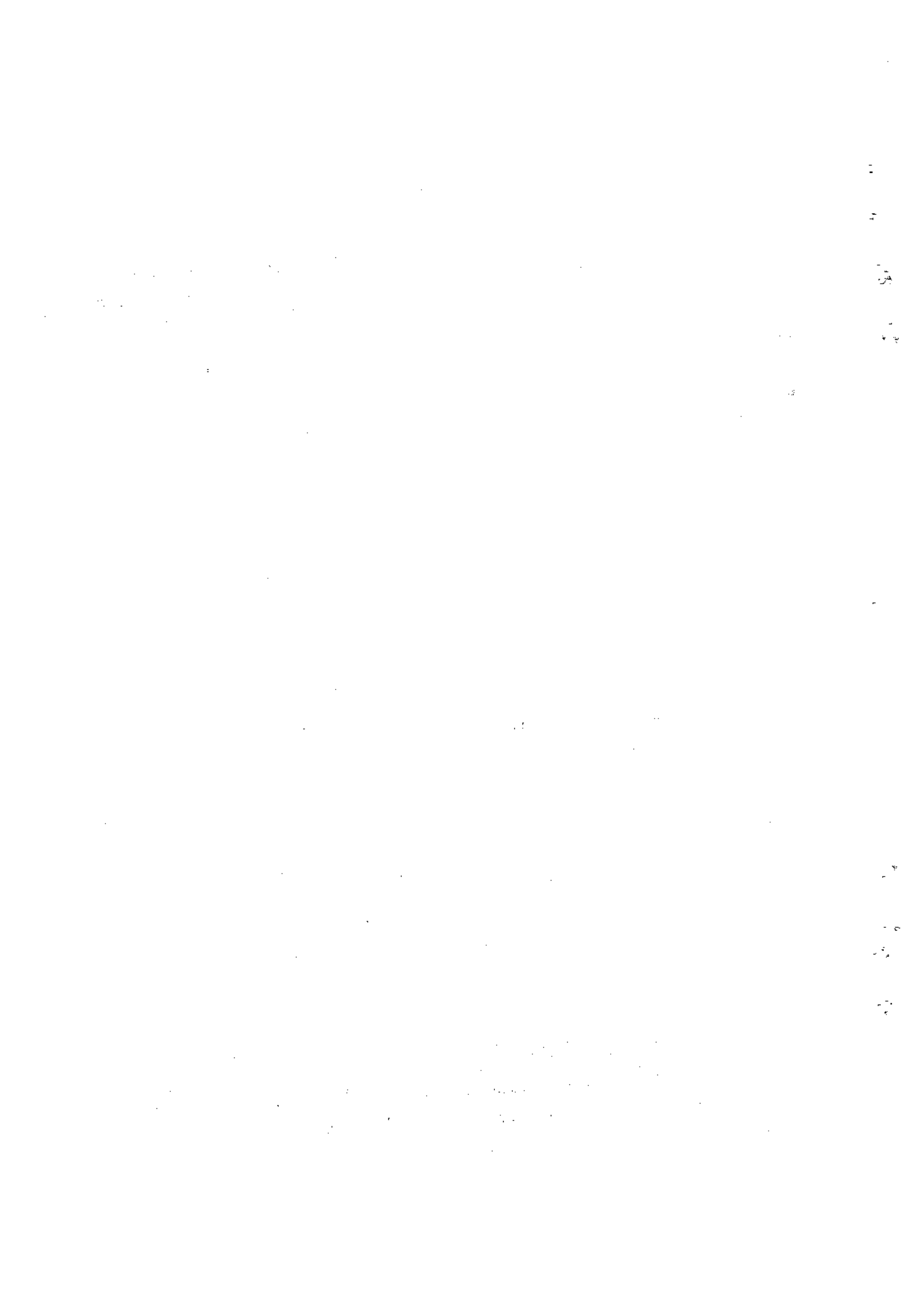
9
10
11
12

bem" numa cidade supõe estabelecer e manter relações com parentes, transformar amigos em compadres e considerar vizinhos como "parentes". Atividades de trocar bens e serviços, como cuidado de crianças, troca de alimentos, troca de serviços de pintura e carpintaria, consertos e construção de moradia, não são apenas estratégias de sobrevivência, constituem o "modo de vivência" das classes populares. Na fala de um dos entrevistados: "Brotaria é a capital onde me dei bem". Este dar-se bem está na medida em que teve acesso a um emprego, em que pôde "trazer a mulher e os filhos", em que, antecedido por irmãos e tios, pôde depois trazer outros irmãos e cunhados.

Assim, para os segmentos populares, a cidade é tida como um "modo de vida" que pode ser modelado muito mais em função de redes de relações sociais do que uma apropriação individualista dos recursos e equipamentos que a cidade enquanto espaço oferece.

O modo de vida das classes populares centrado numa certa sociabilidade extensa (enquanto se dá em torno da rede extensa de parentes e de vizinhos) se realiza nas cidades satélites de Brasília independentemente da morfologia espacial da cidade. O partido urbanístico do Gama também se funda na segregação espacial de funções e num desenho de habitações semelhante ao que rege o setor de habitações individuais das quadras 700 no Plano Piloto, embora lá a urbanização seja precária. Nas 700, tem-se o verde, ligando duas linhas de frentes de casas, no Gama tem-se terra e pó. A diferença fundamental com a classe média é que os dois segmentos sociais não têm o mesmo modelo de sociabilidade.

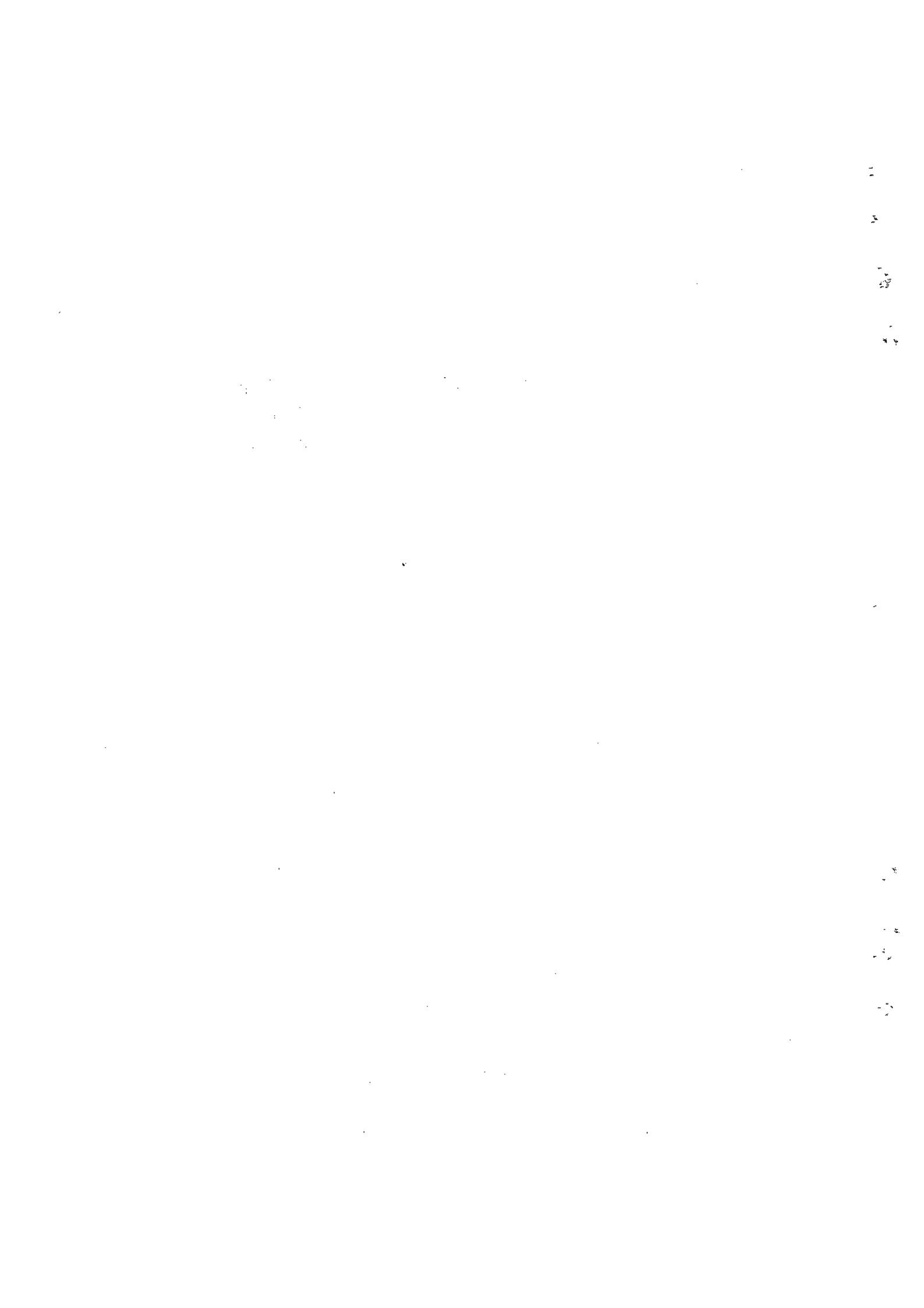
No entanto, o modo como esses dois segmentos sociais se apropriam do espaço não é somente decorrente da diferença de "modo de vida" ou de "tipo de sociabilidade". A apropriação dos recursos e equipamentos que a cidade oferece, na sua maior parte, depende da compra do direito de acesso e uso, e



assim excluí a população de rendimentos mais baixos.

Para as camadas populares, a cidade enquanto disponibilidade de recursos, além dos de habitar e trabalhar, está praticamente restrita aos recursos do Estado. Dessa forma, a visão da cidade como expressão espacial de recursos e funções para a realização de um modo de vida, é quase exclusivamente mediada pela visão do Estado como responsável pela oferta de recursos. Em função do modo como historicamente o Estado tem alocado os serviços de saúde e educação preferencialmente nos aglomerados urbanos de grande e médio porte, os "pobres" acabam por identificar estes serviços e recursos caracterizados como especificamente urbanos. Um dos valores da cidade está nessa oferta. Na fala de um habitante transitório, pois vem e volta para sua "terra" no Piauí: "A Brasília para mim é boa, não posso falar mal. Foi onde arrumei minha vida, saúde; já passei aqui um ano em tratamento. Achando ruim, né, porque a saudade do lugar era demais".

Se estes recursos são considerados insuficientes ou de má qualidade e se a precariedade destes serviços é tida em função de que o destinatário é constituído de "pobres", a crítica ao Estado como agência que atende desigualmente "pobres" e "ricos" centra-se na área de recreação e lazer, porque, neste domínio, os "pobres" não são atendidos de forma absoluta. Nas palavras de um entrevistado: "Todo mundo se cria com aquilo na cabeça, poxa. Será possível? Tem tudo recurso pros ricos e pra gente não tem. Aqui devia ter uma rua de lazer, uma coisa assim. Claro né, porque só tem lá no Plano. O Governo devia por um parque numa cidade como esta do Gama; devia ter um parque para as crianças dos pobres. Não tem nada aqui. Antigamente lá no Gama, lá em cima, tinha uma área verde, agora já acabou tudo, né.(...) E aquela água mineral é um lugar muito legal da gente ir mas você vai, cinco, seis, sete pessoa. Lá em casa paga, cada um (as crianças já estão maiorzinha) paga para passagem de ida e volta e pra chegar lá (pagar entrada). Vontade a gente tem de ir. Não

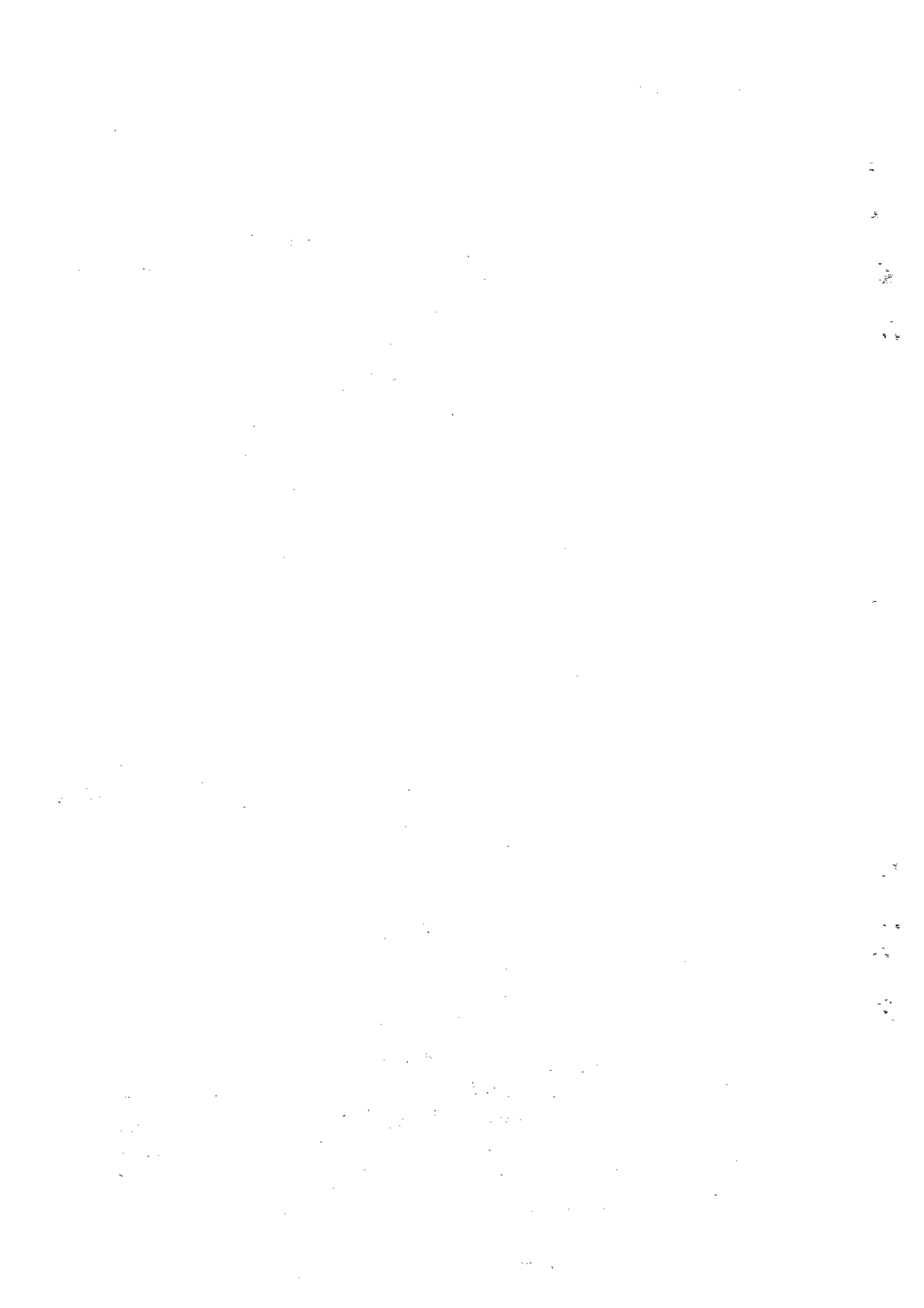


vai porque não tem condições mesmo". Este relato deixa claro a visão da cidade como um espaço que segrega ricos de pobres e evidencia como a atuação desigualadora do Estado é percebida pelo atendimento desigual das áreas espacialmente segregadas: as destinadas aos ricos e as destinadas aos pobres.

Brasília não é uma "cidade grande" apenas enquanto um conglomerado de anônimos e desconhecidos entre os quais o indivíduo só circunscreve uma micro totalidade de referência, mas é a cidade dos ricos e para os ricos que circunscreve para os pobres áreas espacialmente separadas e nas quais o Estado deixa de oferecer recursos e equipamentos.

O Plano Piloto é dos ricos e para os ricos. As cidades satélites são destinadas aos pobres. "Caçar um rico aqui no Gama? Aqui por baixo não tem. Só se fôr lá por cima. E mesmo assim, rico mesmo não tem", foi a expressão de uma das entrevistadas. Não é a segregação espacial que é imediatamente criticada. O Estado é que é criticado por oferecer recursos e equipamentos intensamente desiguais. A formulação da crítica está fundada não na reivindicação imediata de uso dos mesmos equipamentos por pobres e ricos, mas de oferta pelo Estado de recursos e equipamentos para os pobres, à semelhança dos existentes para os ricos.

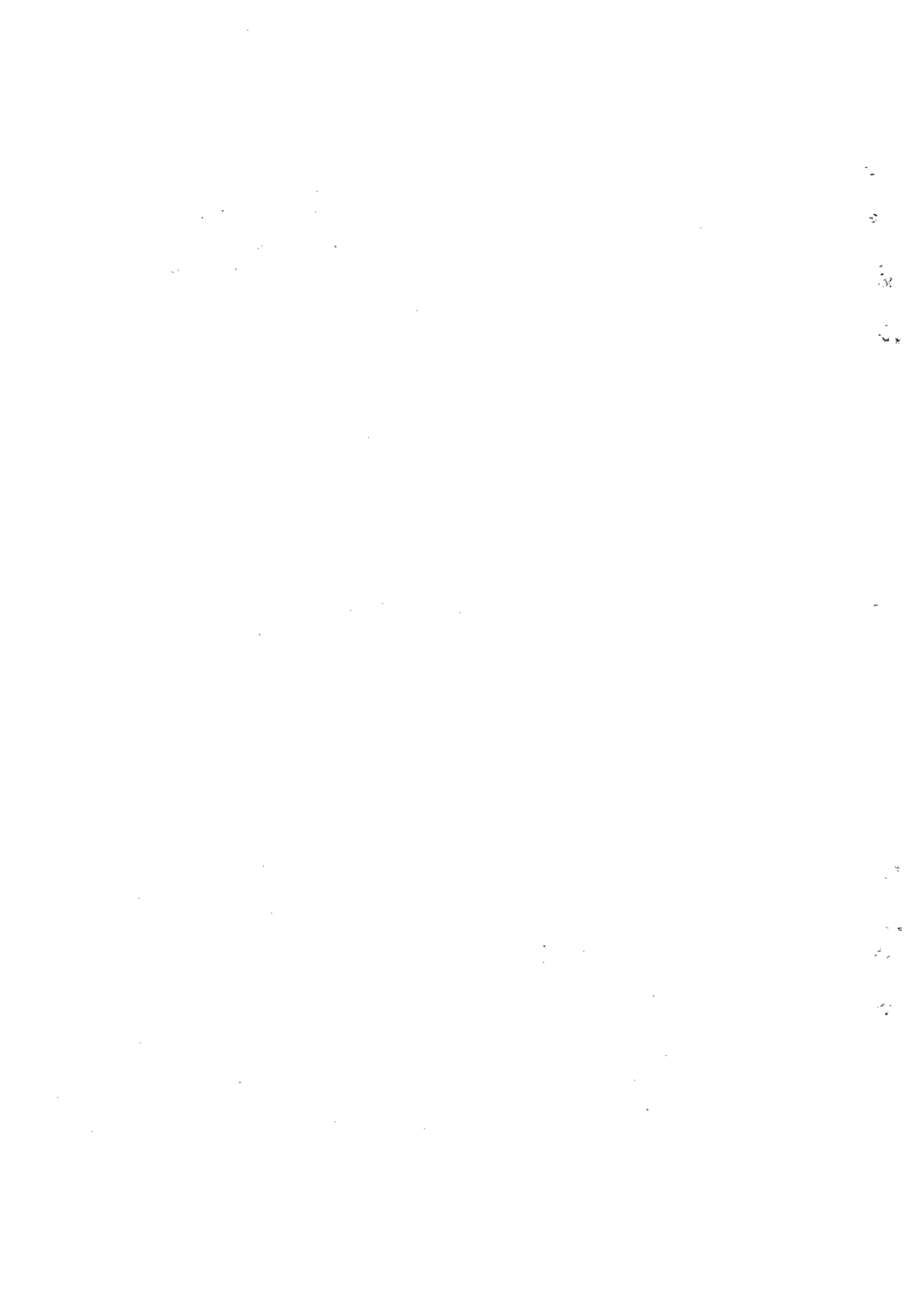
O cerne da formulação crítica é a desigualdade entre "pobres e ricos" quanto ao modo como o Estado os atende e quanto a segregação espacial das moradias. Assim, a crítica à Brasília não se faz através de fundamentos específicos, mas sim nos moldes dos correntes nas "grandes cidades", pois todas as duas situações são seus elementos constituintes. Poder-se-ia, no entanto, dizer que a segregação espacial em Brasília é específica porque mais aparente, pois, ao invés de circunscrever bairros de pobres e de ricos, contrasta cidades de pobres e cidades de ricos. Mas é só lembrar do resultado da organização espacial das grandes metrópoles que "uniram" "cidades de trabalhadores"



(como o ABC paulista) e centros tradicionais. As cidades satélites são percebidas enquanto cidades e não como bairros em função da visibilidade do espaço vazio entre elas e o Plano Piloto. No entanto, nas representações das classes populares, o que marca a distância com o Plano é muito mais a distância social.

A existência de "vazios espaciais" entre as cidades satélites e face ao Plano Piloto não é problematizada no cotidiano das classes populares. Cotidianamente se problematiza a distância, o tempo, a morosidade do transporte, e especialmente o custo do transporte. Imediatamente, Brasília é questionada pela atuação do Estado enquanto agência que deveria oferecer boas condições de circulação e recreação, e não por uma específica morfologia espacial responsável pela segregação entre pobres e ricos. É como se para os segmentos populares, sua problemática não se resolvesse pela "arrumação do espaço", mas sim colocasse como questão primordial a atuação do Estado. Se, Brasília, por ser Capital da República e por ser uma cidade planejada, construída e urbanizada pelo Estado, torna mais visível a presença do Estado, isto tem por efeito não a representação do Estado como "opressor", mas do Estado passível de críticas porque responsabilizado cotidianamente pela oferta precária de recursos à população "pobre". Em nome do Plano Piloto, tomado como modelo, os segmentos populares concebem reivindicações para suas cidades satélites e tomam por agência responsável o Estado.

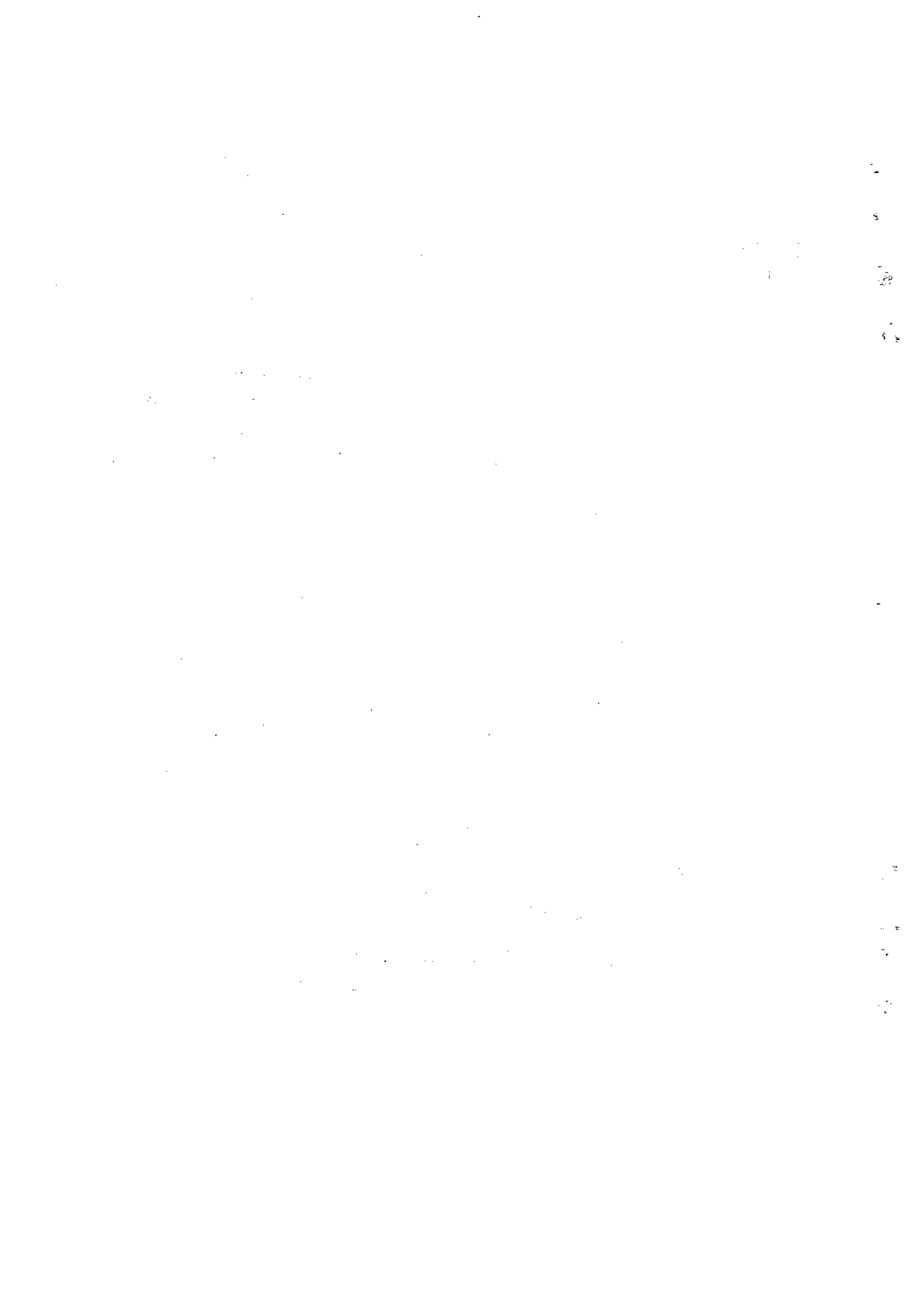
Se todo o Plano Piloto é visto como a cidade dos ricos, as áreas públicas que estão no seu interior, como o Parque da Cidade, ou nas suas imediações, como duas piscinas de água mineral e o jardim zoológico, perdem, em parte seu caráter público. São áreas públicas para os ricos, para quem "tem grana e automóvel". São percebidas como excessivamente "privadas" por que destinadas prioritariamente aos ricos, já que o acesso para os pobres é dificultado pela distância, pelo tempo, mas centralmente pelo custo do transporte e pelo preço da entrada. "Vão as vezes", ou seja, vão "raramente".



Brasília é assim, antes de mais nada tida como uma cidade grande: lugar que propicia um projeto de vida mas que se dá num tipo de "sociedade urbana" regida por regras desconhecidas e, ao mesmo tempo, pelos interesses dos ricos; é a "cidade dos anônimos" e a "cidade dos ricos". No dizer de uma das entrevistadas: "Ninguém pode sair prá canto nenhum, o negócio é só viver dentro de casa. E o perigo? Então, sei lá, essa vida da gente aqui no Gama ou essas cidades satélites é desse jeito. Sabe que tem hora que o meio de vida, o costume no interior era bem melhor que viver cheio de problema, cheio de medo, cheio de conflito".

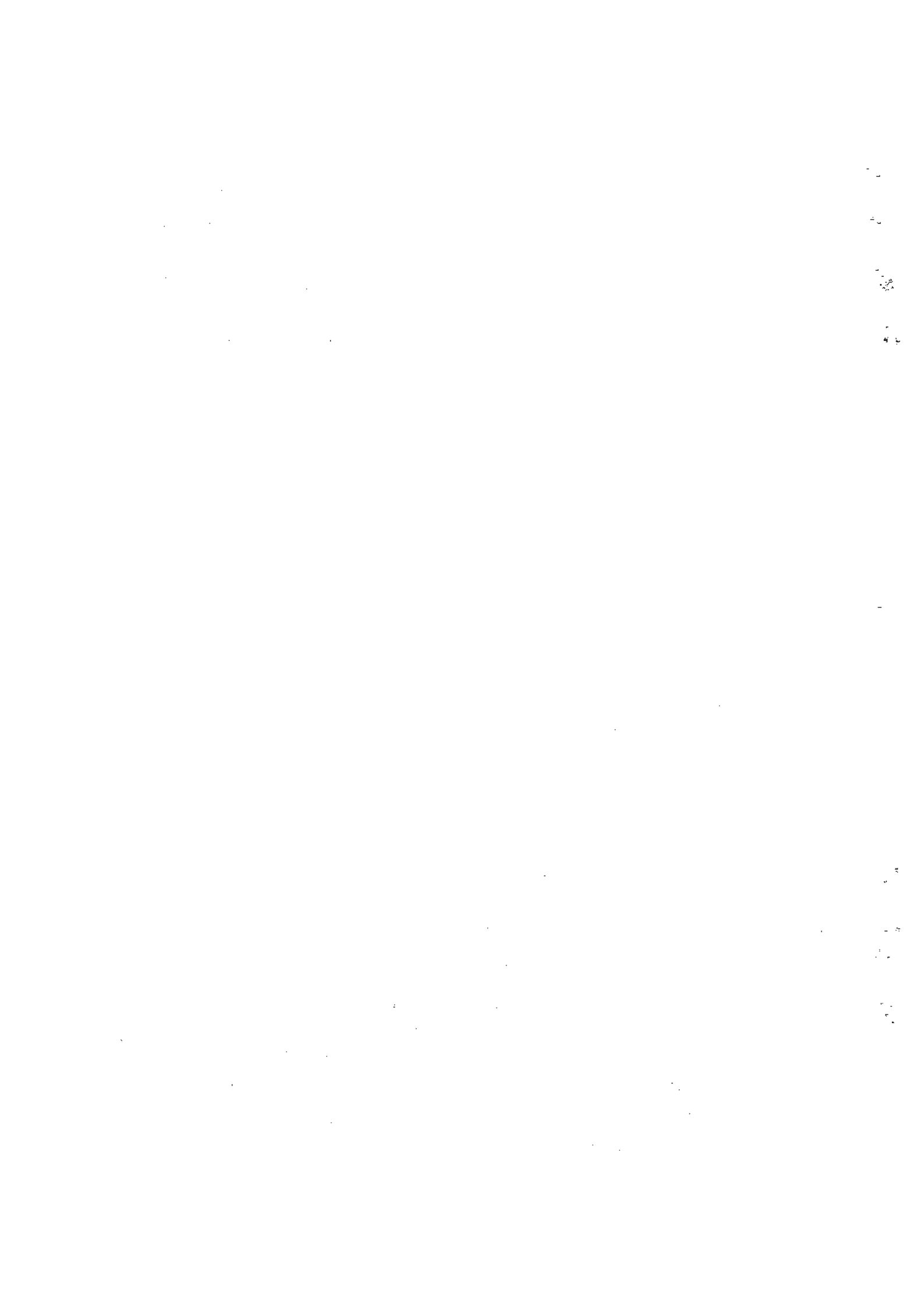
Apresentamos a representação de Brasília como uma "cidade grande" que coloca os pobres na sua periferia. Mas ainda não apresentamos especificamente a representação da morfologia espacial de Brasília. A atenção das camadas populares se volta primordialmente para as moradias. A maioria dos entrevistados, no caso, provenientes do Nordeste e do Centro-Oeste, seja da zona rural, seja de povoados e cidades de pequeno porte, consideram estranha a presença do barraco no Gama. Estranham o barraco não só pelo contraste com a casa de taipa e a casa de alvenaria dominantes nas áreas de origem, como pelo fato de constituir o tipo de habitação dominante em grandes áreas da cidade satélite, confundendo no Setor Sul (o pesquisado) um todo homogêneo. No dizer de uma entrevistada vinda do Piauí: "Os barracos, por exemplo, não esperava que tivesse esses barracos, as casas de tábua. Eu achei estranho demais quando eu cheguei aqui ... mas depois". Outra do Ceará, e que morou também em cidade do interior de Goiás, afirma: "Aqui é um modelo só, essas casas lisas. Lá não, em Goianésia, é uns modelos, assim, diferentes e tem aquelas telhas pequenas, é tão bonitinho. Tem flores nas ruas (...) Cheguei aqui e ficava de olho duro nas paredes do barraco de medo de cair".

A configuração das moradias em conjuntos e quadras do mesmo tamanho e em disposição simétrica, reforça a percepção



de um espaço homogêneo que introduz um elemento de dificuldade para a aprendizagem do endereçamento. Segundo as palavras de uma das entrevistadas: "Olha, quando a gente chegou aqui, eu não sabia ir prá canto nenhum: só ia se fosse com uma pessoa daqui que já conhecesse, né? Hoje, meu Deus, prá todo lado que eu quiser ir nesse Gama eu sei prá onde é que vou. Sete anos. Porque aqui é difícil da gente saber andar logo assim que a gente chega. Você olha esses conjuntos, essas quadras, é tudo dum jeito só, né! A gente vai prum canto, se for sozinho, não sabe voltar não! Não conhecendo, não sabe não! Você precisa saber do endereço, você precisa ter tudo em dias como dizem. Mas depois a pessoa acostuma...". A homogeneidade dos conjuntos e das quadras dificulta a leitura do endereçamento pois ela se faz, nas classes populares, fundamentalmente pela memória visual. É "conhecendo", isto é, andando pela cidade com alguém que já conhece e memorizando o caminho através de pontos de referência visual, que o novo habitante aprende a se deslocar sozinho. Há então que associar os pontos de referência visual com o endereçamento e memorizar. Assim "letras e números" e não "nomes", também podem ser passíveis do mesmo tipo de leitura de endereçamento que se faz nas "cidades tradicionais". A população do Gama estranha, não tanto as "letras e os números", mas especialmente a disposição dos números no espaço. A racionalidade da seqüência ordinal de uma a de zessete faria esperar uma seqüência linear das quadras, ou, ao menos uma proximidade entre elas. No entanto, não é o que se dá no Gama; daí o reforço de que a leitura possível do endereçamento é conhecer (andar e memorizar) para saber.

A questão espacial para as classes populares é, assim, referida diretamente à avaliação de alguns dos seus elementos plásticos e da eficiência enquanto marcos de referência visual que possibilitam a circulação. A categoria "espaço" não é significante de todo um estilo de vida urbana, nem capaz de determiná-lo. O espaço, ao contrário, parece ser apenas uma das formas de expressão — pela segregação espacial de pobres e ri



cos — da imagem de que a cidade é feita "por eles e para eles" (os ricos). E neste sentido, Brasília não é uma exceção.

DA CIDADE-ESPAÇO À CIDADE DE MÚLTIPLAS FACES

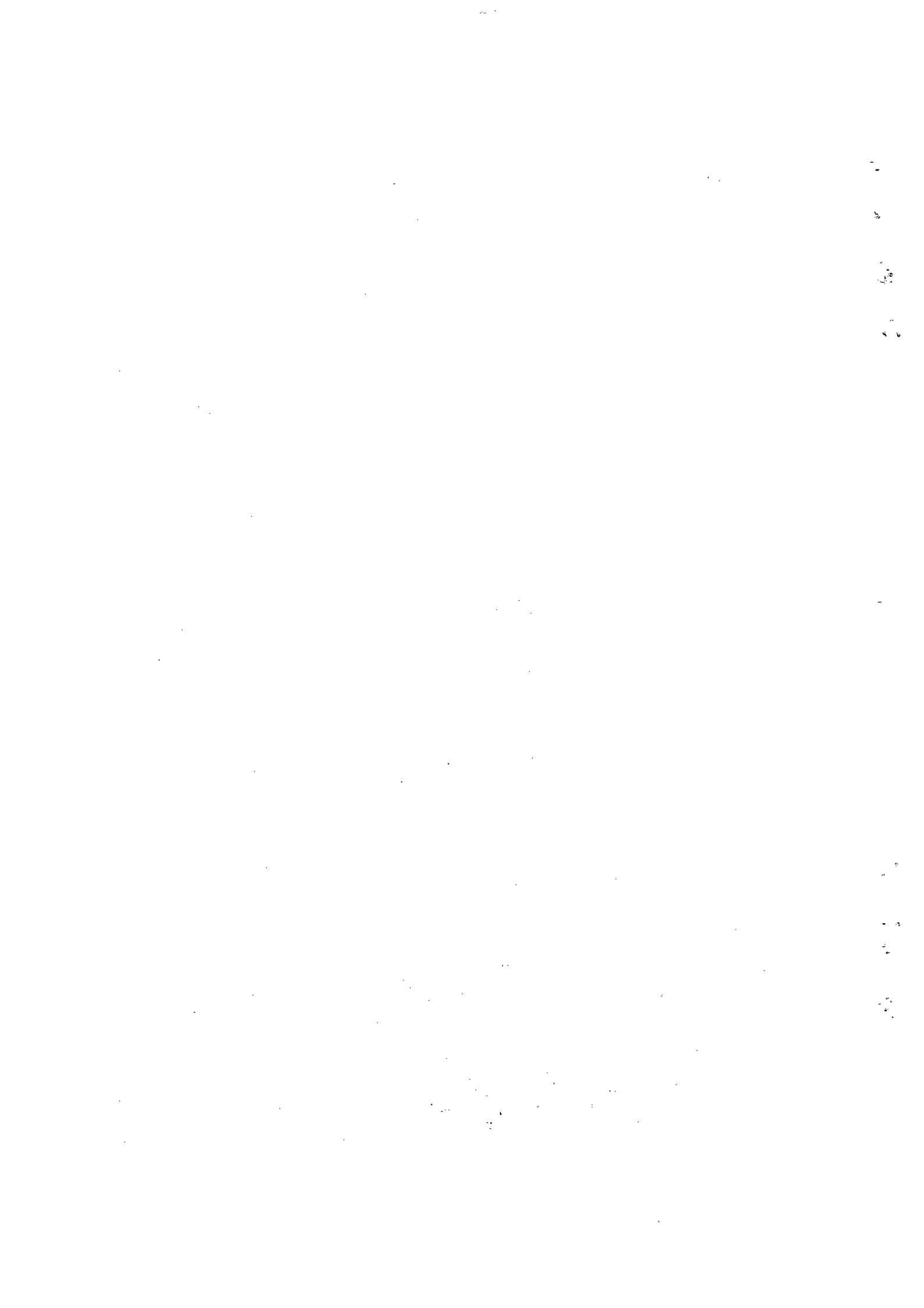
Não são poucos os caminhos que a análise das representações dos moradores de Brasília nos abrem para refletir sobre os termos do debate intelectual.

Recordemos como é o habitante de Brasília segundo seus críticos e apologistas.

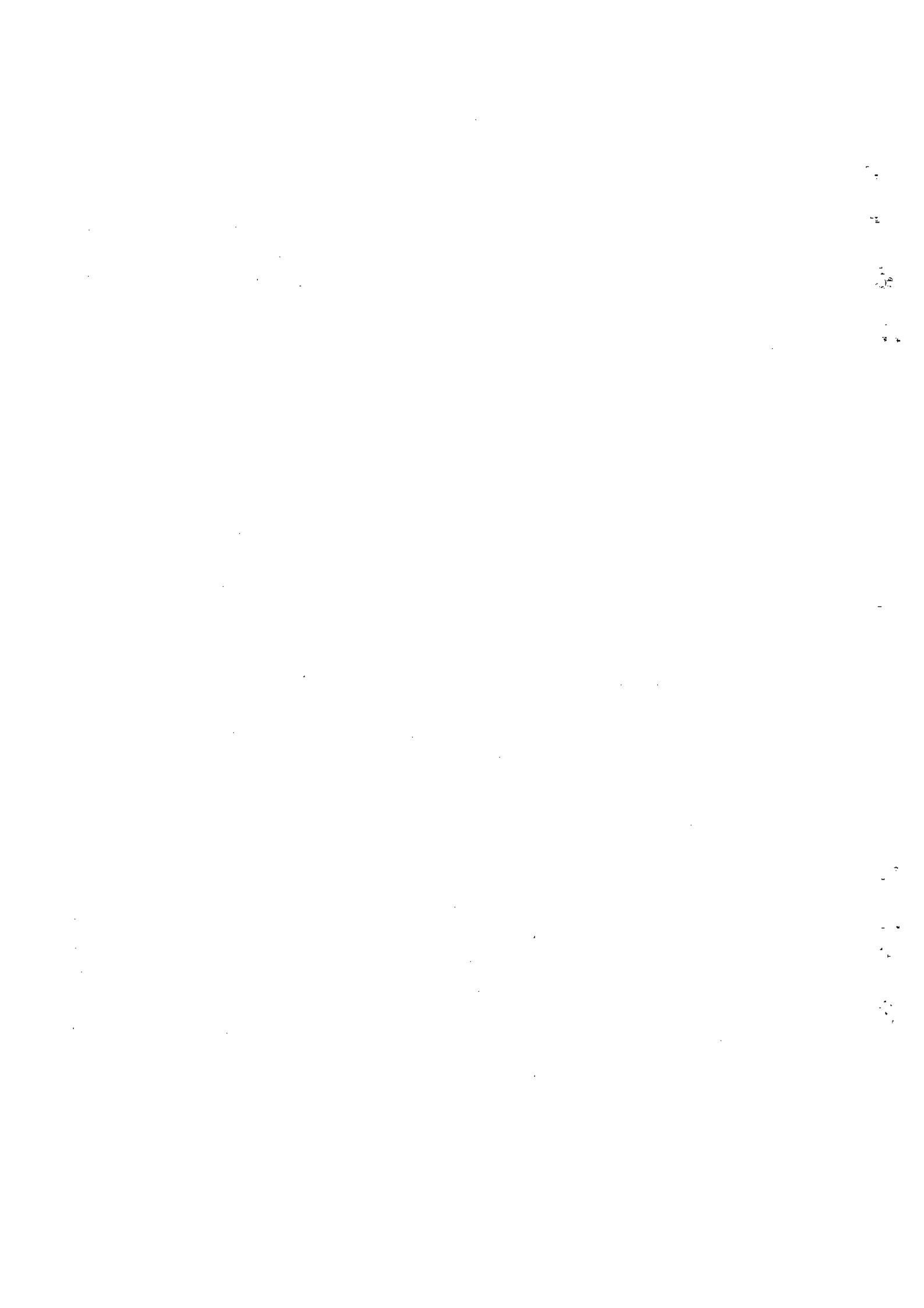
Embora em feições valorativas antagônicas, apologistas e críticos reiteram um pressuposto em comum: afirma-se que a cidade enquanto nova organização espacial, produz ou poderia produzir, um novo relacionamento dos indivíduos. Para os críticos, o novo espaço urbano de Brasília produziu o indivíduo submetido à cidade e ao Estado, isolado, oprimido, e segregado socialmente no espaço⁽²⁾. Para os apologistas, produziu o indivíduo harmonicamente relacionado com a natureza mas, por deturpação do Plano, não conseguiu a cidade sem segregação sócio-espacial.

Confrontando as representações dos críticos e dos apologistas às representações dos moradores tal como revelada pela pesquisa então empreendida, algumas conclusões podem ser tiradas.

(2) Evidentemente estamos polemizando com vários autores críticos de Brasília com o intuito de desvendar os termos do debate intelectual, procurando vê-lo com um certo distanciamento, para poder então evidenciar suas ambigüidades e seus pressupostos. Entre os críticos que mais merecem respeito pela exemplaridade de suas obras e pelos seus fundamentos, estão Paulo Bicca (1982) e Frederico Holanda (1975 e 1981) com textos publicados neste livro. O crítico que mais explicita a imagem do habitante de Brasília como aquele que é "desterrado" é Francisco de Oliveira (1979).



Há muita distância entre as representações dos moradores de classe média e o que seria o "habitante típico" imaginado e construído pelo discurso intelectual. Os usuários de classe média não se vêem submetidos a um espaço urbano impositivo e opressor, mas, ao contrário, vêem Brasília como um espaço instrumentador, eficaz e altamente adequado para a realização de seu modo de vida. Não se submetem à rigidez racionalista do endereçamento, mas dominam facilmente sua sistemática, que, aliás, não é impeditiva de uma combinação com referências visuais. Conformam um centro urbano de seu domínio e assim não se consideram alijados dos benefícios que somente os centros da cidade tradicional poderiam oferecer segundo a teoria crítica. Não representam o Estado como um "leviatã" onipresente que tudo faz por si só e não se sente oprimida pela presença de obras monumentais. Requerem que o Estado esteja a seu serviço enquanto responsável pelos equipamentos urbanos. Utilizam o espaço verde das superquadras predominantemente para seus filhos: crianças e adolescentes, tal como fazem — observa-se — os indivíduos de classe média em todas as cidades grandes brasileiras onde se expande a construção de conjuntos de prédios condominizados em torno de uma área verde e equipamentos de lazer. Por diferença com esses verdadeiros condomínios, que oferecem privacidade e segurança, a classe média vive em Brasília a ambiguidade dos domínios públicos e privados, sem que, no entanto, essa situação seja considerada impeditiva das relações de vizinhança, que se regem, genericamente, pelas mesmas regras atuantes nas "ruas" das cidades grandes entre as classes médias urbanas. Não esperavam e nem requerem, enfim, a proximidade de convivência com as classes populares, considerando natural, e não específico à Brasília, o fato de suas residências se situarem a grosso modo, na vizinhança de grupos de renda homogênea. Se sentem solidão e falta de diversidade plástica e de distração pela homogeneidade arquitetônica de Brasília e acabam por atribuir isto ao "lugar", há que se pensar como essas imagens são predominantemente conjunturais tanto pela história "incompleta" da ocupação do Plano Piloto, quanto pelo desenraizamento



zamento maciço que representou a migração de classe média nos moldes de circunscrição à família nuclear. Assim, muitos "fantasmas" podem ser afastados. Brasília não é vivida como uma cidade de utopia mas como uma cidade, que só é diferente das outras porque seu espaço é mais eficaz.

Apesar dessa distância entre as representações da classe média e as representações dos intelectuais, pode-se perceber pressupostos comuns fundamentais: a mesma idéia e o mesmo valor atribuído ao peso da organização espacial na conformação do modo de vida e a mesma idéia e o mesmo valor atribuído ao indivíduo enquanto homem genérico.

A idéia do indivíduo, ser autônomo de sua vontade é tanto o valor que os agentes empíricos da classe média se dão a si mesmo e a partir do qual representam a sociedade, quanto é o valor dado a todos os agentes empíricos no discurso do urbanismo moderno, incluindo os críticos e os apologistas de Brasília. Na ideologia individualista, não há uma sociedade que engloba e circunscreve o lugar de cada um dos seus agentes empíricos a ele atribuído um valor, e sim há um conjunto de indivíduos autônomos e não sociais, donos de seu destino e de seu lugar. Desse modo, "melhorar" e "organizar" a vida não é transformar a sociedade, mas pode ser tão simplesmente colocar mais instrumentos para os indivíduos perseguirem seus objetivos. Organizar a vida pode assim ser "arrumar o espaço".

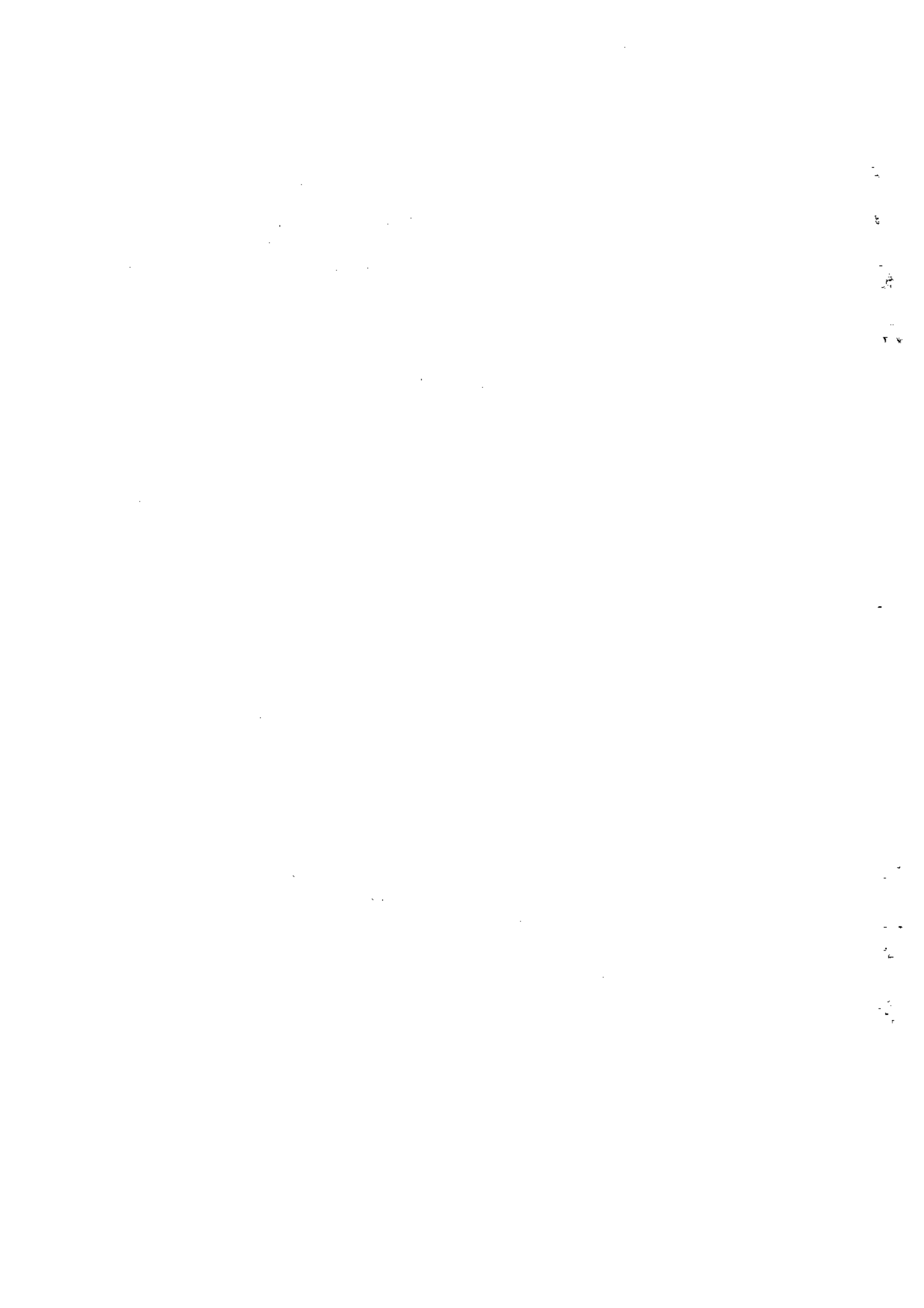
Seria absolutamente ingênuo e mentiroso, afirmar que toda a crítica intelectual ao "novo espaço" do urbanismo moderno se tenha feito em nome do "indivíduo genérico e livre". Não são poucos os autores que fazem a crítica em nome das classes em função de elas terem sido segregadas espacialmente. Mas a crítica jamais é feita apenas em nome das classes; ela é também e concomitantemente feita em nome do "indivíduo livre" toda vez que se trata de dizer que Brasília subjuga e submete o habitante pela separação setorial das funções, pela rigidez das especifica

ções de suas moradias, pela falta de ruas e esquinas e pela onipresença do Estado. Aí é sempre a liberdade do indivíduo que foi atingida. Parece que se não fôsse a rigidez do desenho e a imposição do Estado, Brasília propiciaria liberdade aos indivíduos que passariam então a se sentir "donos da cidade".

Desvenda-se assim que o discurso crítico está enraizado na polarização entre autoritarismo e liberdade de tal forma que o primeiro termo engloba o tripé Estado autoritário, desenho urbano autoritário e indivíduo submetido e o segundo termo, por não ser explicitado, torna-se metaforicamente uma "esponja" por que permite englobar todos os valores que podem ser representados como contíveis na categoria liberdade e não autoritarismo. Quando se defende a liberdade individual contra o autoritarismo do Estado e a rigidez do desenho urbano, tanto se defende a participação das camadas populares na auto-gestão de seu habitat quanto se defende a participação de chamada "iniciativa privada", cujo poder de conformar o espaço urbano é tanto maior quanto maior seu capital econômico (acepção tradicional) e seu "capital social" (indicando os recursos advindos da manipulação de uma rede de relações sociais e políticas)⁽³⁾.

Assim, na defesa da liberdade e do espontaneísmo e na crítica ao autoritarismo, tornam-se equivalentes processos de conformação do espaço que são distintos e incompatíveis. Não é só em Brasília que há "donos da cidade", primeiro o arquiteto único e depois os "censores" que continuaram a preservar o Plano Piloto. Nas cidades não planejadas também há "donos da cidade"; são muitos mais "indivíduos", contudo imediatamente regidos pelas regras da iniciativa do capital privado. Não só as classes populares não são "donas da cidade", como também não o são as classes médias assalariadas. E não o passariam a ser mesmo que houvesse a substituição do poder público pelo privado ou "um de

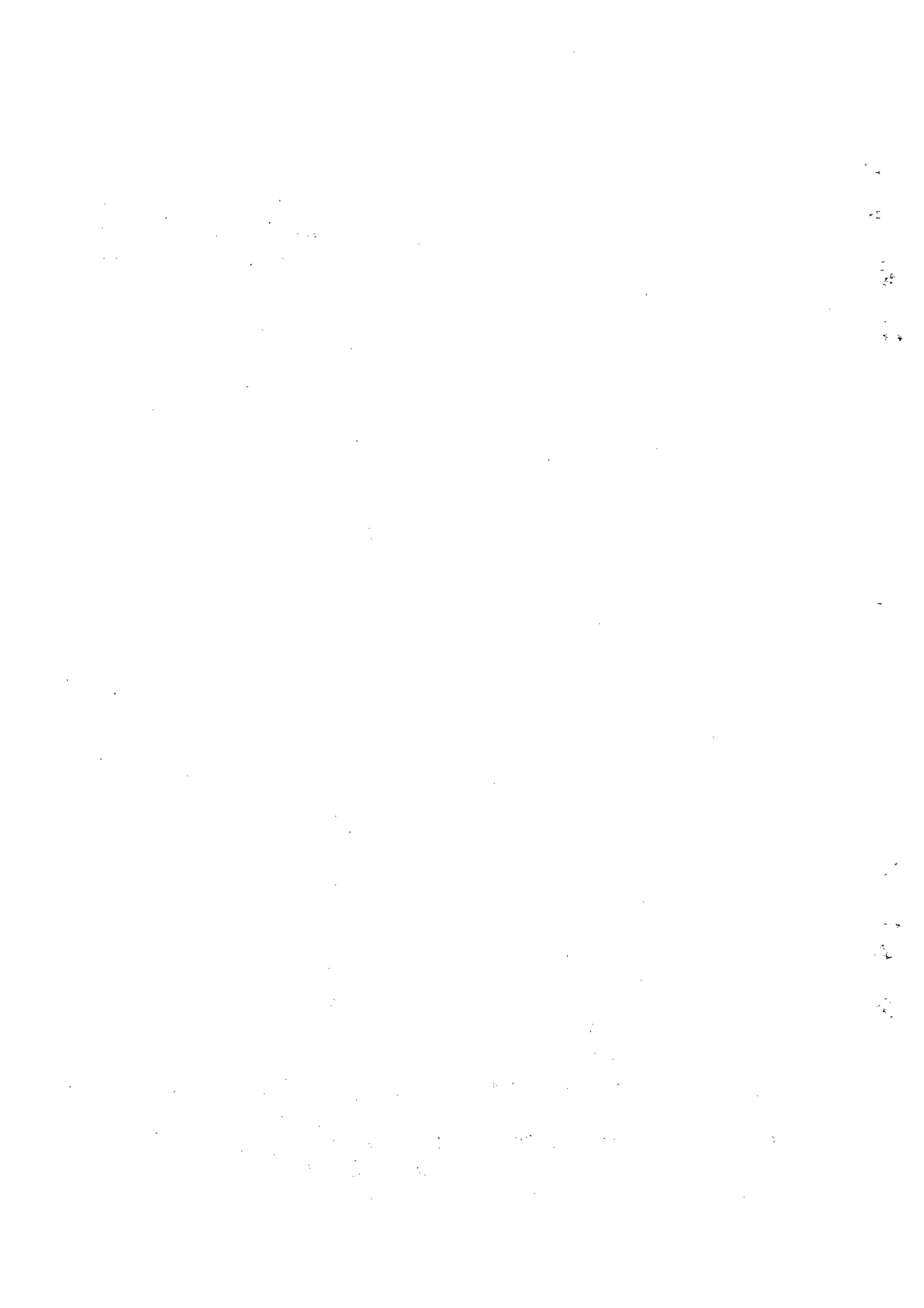
(3) A noção de capital social foi elaborada precisamente em termos sociológicos por Bourdieu (1978).



senho urbano menos rígido". Criticar o espaço urbano de Brasília em nome da liberdade genericamente colocada é confundir de fesa das classes populares com defesa da expansão do capital privado, especialmente o imobiliário.

Toma-se por espontaneidade tudo aquilo que significa a substituição do desenho racionalista e da iniciativa estatal da construção da cidade, como se isso desoprimisse os "indivíduos". Assim, a substituição do poder estatal pelo poder privado é adjetivada como espontânea e democrática. Distorcidamente, toma-se por democrático, tudo aquilo que se opõe ao estatal. A esse discurso é preciso contrapor que também a iniciativa privada arbitra a ordenação urbana. O que seria mais arbitrário: a superquadra em Brasília ou um conjunto residencial em condomínio em São Paulo? O nome dado à via "W3" ou o nome dado ao centro comercial "Gilberto Salomão"?

A representação do Estado contida no discurso crítico é atribuída ao habitante típico de Brasília é a de um Estado monoliticamente opressor. É o discurso intelectual que produz a visão de um Estado monolítico sem distinguir as suas várias faces e funções, mas sobrepondo-as de tal maneira que é como se o brasiliense estivesse submetido, como se tudo fosse uma só e a mesma coisa, ao Estado que impõe seus símbolos de poder através dos monumentos e ao Estado que se expressa num regime autoritário onde o cidadão está impedido da representação política. Há que se distinguir essas questões, pois os efeitos no modo de vida brasiliense derivados da falta de direitos de representação política não podem ser confundidos com os "efeitos" da morfologia espacial. Nesse mesmo sentido, os "efeitos" no modo de vida brasiliense advindos de ser a capital da República, não são os mesmos de se estar num regime político autoritário e muito menos podem ser confundidos com sua morfologia espacial específica. Se se quer compreender Brasília, há que se distinguir os efeitos de cada uma dessas questões. Sô depois de se fazer as distinções é que se pode estabelecer as eventuais relações.

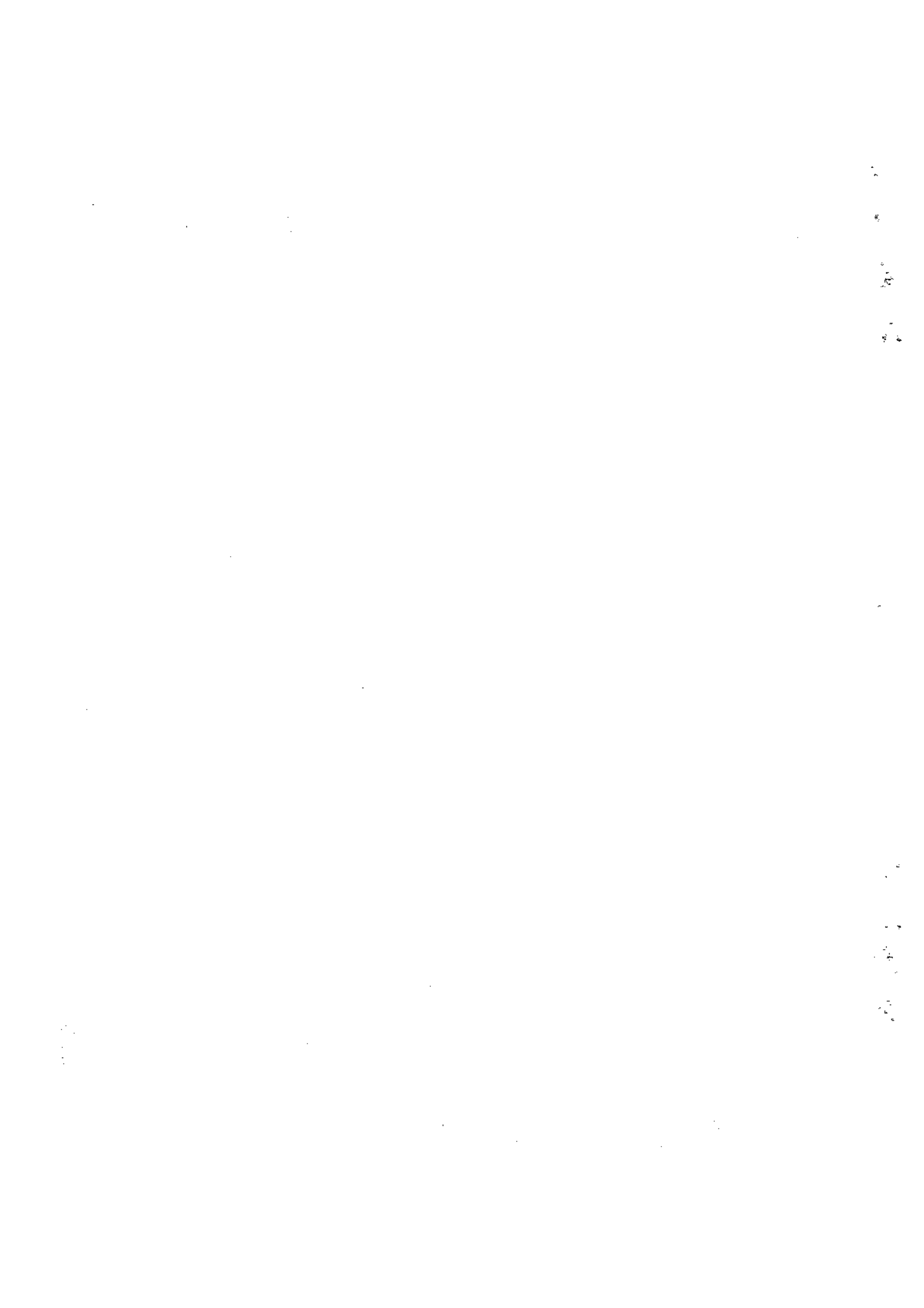


A fala do usuário de classe média indica que a função do Estado relativamente ao espaço urbano é vista como a agência que deve atender suas reivindicações de acordo com especificações que faz e critérios que escolhe, tais como a proximidade do parque infantil a um determinado bloco, ou o estacionamento ao invés da área verde. É como se diante da percepção da função alocativa do Estado dos investimentos do capital social acumulado⁽⁴⁾, a classe média reivindicasse ser ouvida na sua gestão.

Para as classes populares, também a visão do Estado não é monolítica. De um lado, identifica como donos da cidade o Governo e os ricos; "as festas desta cidade são as festas para eles: O Figueiredo vem e se pobre chegar perto, está arriscado a levar um tiro", diz um entrevistado. O Plano Piloto foi feito "por eles e para eles". Por "eles" entende-se tanto o Governo como os ricos. De outro lado, vê o Estado como gestor de "funções", como a de proporcionar equipamentos urbanos a todos", e se considera com pleno direito de reivindicar os equipamentos urbanos similares aos dos "ricos". A formação de associações de bairros nas cidades satélites indicam a canalização dessas reivindicações para os órgãos administrativos do Estado. Nesta segunda forma de representar o Estado, também as classes populares querem participar da "gestão do capital social", só que diferentemente das classes médias, denunciam a identificação entre Estado e "ricos".

De acordo com as representações das classes populares, sua problemática não se resolve pela "arrumação do espaço", mas coloca como questão primordial a atuação do Estado. Da da uma determinada morfologia espacial, o que diferencia "pobres" e "ricos" é a diferença de quantidade e qualidade de equipamentos urbanos. Cumpriria ao Estado corrigir a discrepância no

(4) Ver neste sentido James O'Connor (1973) e Benício V. Schmidt (1983, cap. 4).

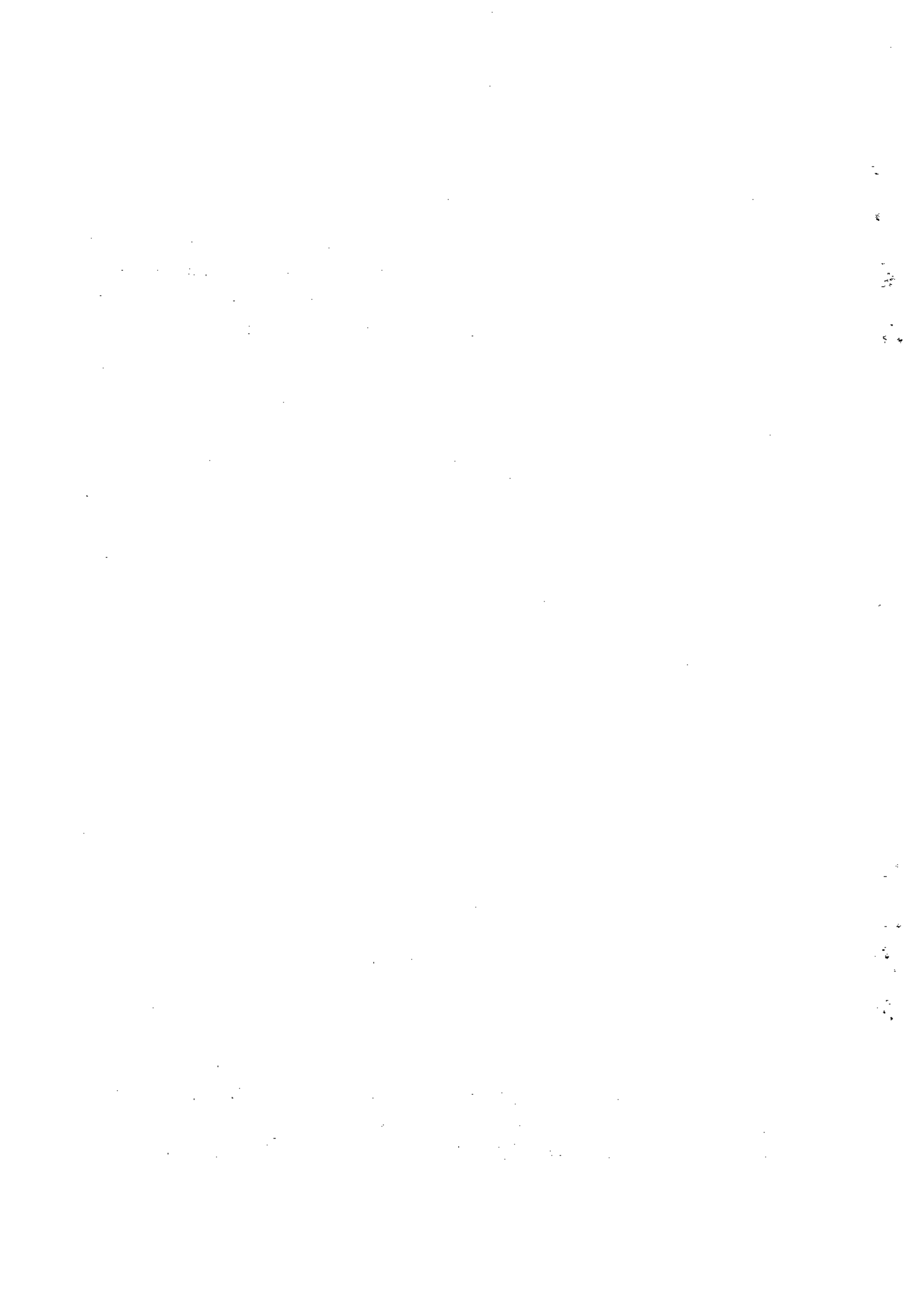


acesso aos equipamentos urbanos.

O confronto entre a fala da classe média e a da classe popular confirma a similaridade entre o discurso intelectual e o discurso da classe média, como já assinalamos, e aponta o distanciamento destes ao discurso das classes populares.

O valor atribuído à reorganização espacial como instrumentalizadora de um modo de vida encontra, como já apontamos, sólidos fundamentos nos valores do individualismo. Estes valores se expressam de uma forma profundamente cristalina nos seus segmentos de renda média tanto pequenos-burgueses quanto assalariados. Uns e outros, em função de sua posição nas esferas da distribuição e circulação, não se consideram nem dominantes, nem dominados, podendo assim se perceberem e serem percebidos com mais verossimilhança como indivíduos genéricos, abstratos e assim iguais entre si e com os mesmos direitos. Corporificam melhor o "indivíduo universal". Se a ideologia individualista também está presente nas classes populares, pois está imbricada no próprio modo de se estabelecerem as relações sociais fundantes do capitalismo, sua versão não alcança a plenitude das classes médias, pois as contradições irrompem mais no seu discurso através da oposição entre ricos e pobres e da circunscrição de um modo de vida organizado segundo uma micro-totalidade social composta por uma rede de relações sociais extensas, onde o agente empírico se vê mais como uma pessoa que ocupa um lugar nessa totalidade, do que como um indivíduo autônomo e isolado.

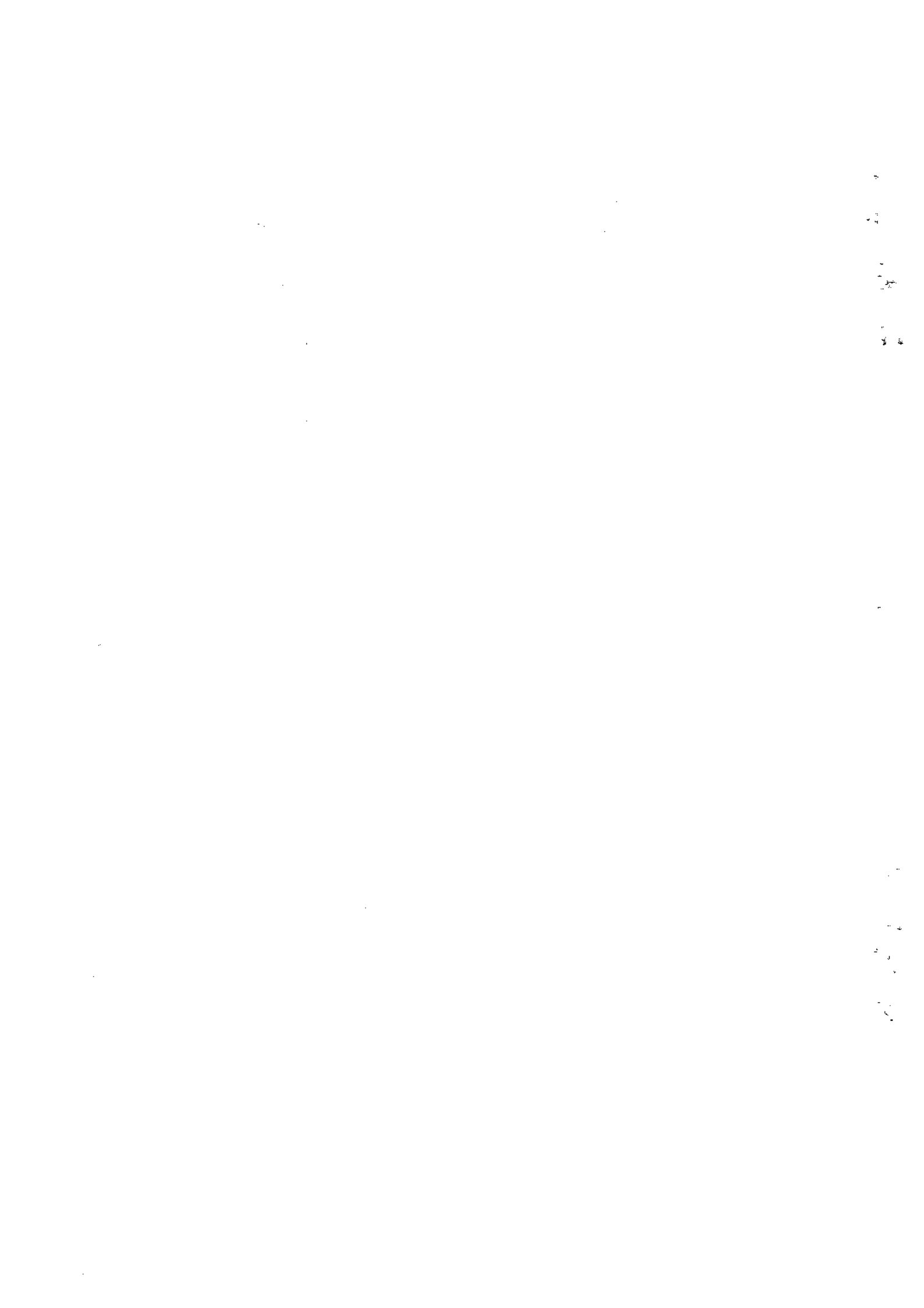
Assim, o lugar que a categoria espaço tem no discurso ideológico depende do "modo de vida" a partir do qual as classes sociais se assentam no espaço urbano e o utilizam. A partir desses modos de vida diferenciados entre as classes médias e as populares é que se constituem as diferentes leituras sobre o espaço urbano. Dada a importância que a categoria espaço encontra na versão plena do individualismo pela classe média, como elemento organizador da vida, é que se construiu o discurso em



torno de Brasília, espaço determinante. Não é que a morfologia espacial não importe, mas trata-se de retirar seu caráter de de terminação: esta "nova" morfologia espacial é que é determinada pela expansão e intensificação dos valores do individualismo e do racionalismo nas sociedades capitalistas industriais e em fa se de monopolização. Esta nova morfologia espacial é determinada por um certo modo de vida que vinha sendo gestado nas sociedades capitalistas industriais, cada vez mais urbanizadas e cada vez mais aumentando o grau de indivisibilidade do capital e daí, da concentração e adensamento dos benefícios da infra-estrutura pa ra diminuir as despesas sociais do capital privado. Assim foram sendo exigidas novas formas de urbanização sustentadas na racio nalização e setorização de suas funções, isto é, na reorganiza ção do espaço urbano.

Brasília⁽⁵⁾, obra do urbanismo racionalista moder no, expressa radicalmente esta nova forma de organização do espa ço urbano, presente, contudo, nas cidades capitalistas, especial mente nas de maior parte. Esta nova forma é menos visível nas chamadas "cidades tradicionais", dado que sobrepõem na sua orga nização espacial vários elementos morfológicos determinados por outras formas de produção ou por fases anteriores do capitalis mo. Veja-se como as críticas feitas pelo historiador Philippe Ariès (1981) à cidade do século XX se equivalem a esterio típos de Brasília: "A aglomeração urbana (do século XX) passa então a se constituir de pequenas ilhas, casas, escritórios, centros co m erciais, isolados por um grande vazio. (...) A rua (depois das cinco horas) está deserta. O homem voltou à sua casa, como a uma concha, à intimidade de sua família e, de vez em quando, à socie dade muito triada e escolhida de alguns amigos. "Embora esterio tipada", essa fala indica o "novo" deste espaço: a setorização das funções e a predominância da leitura pontual da cidade.

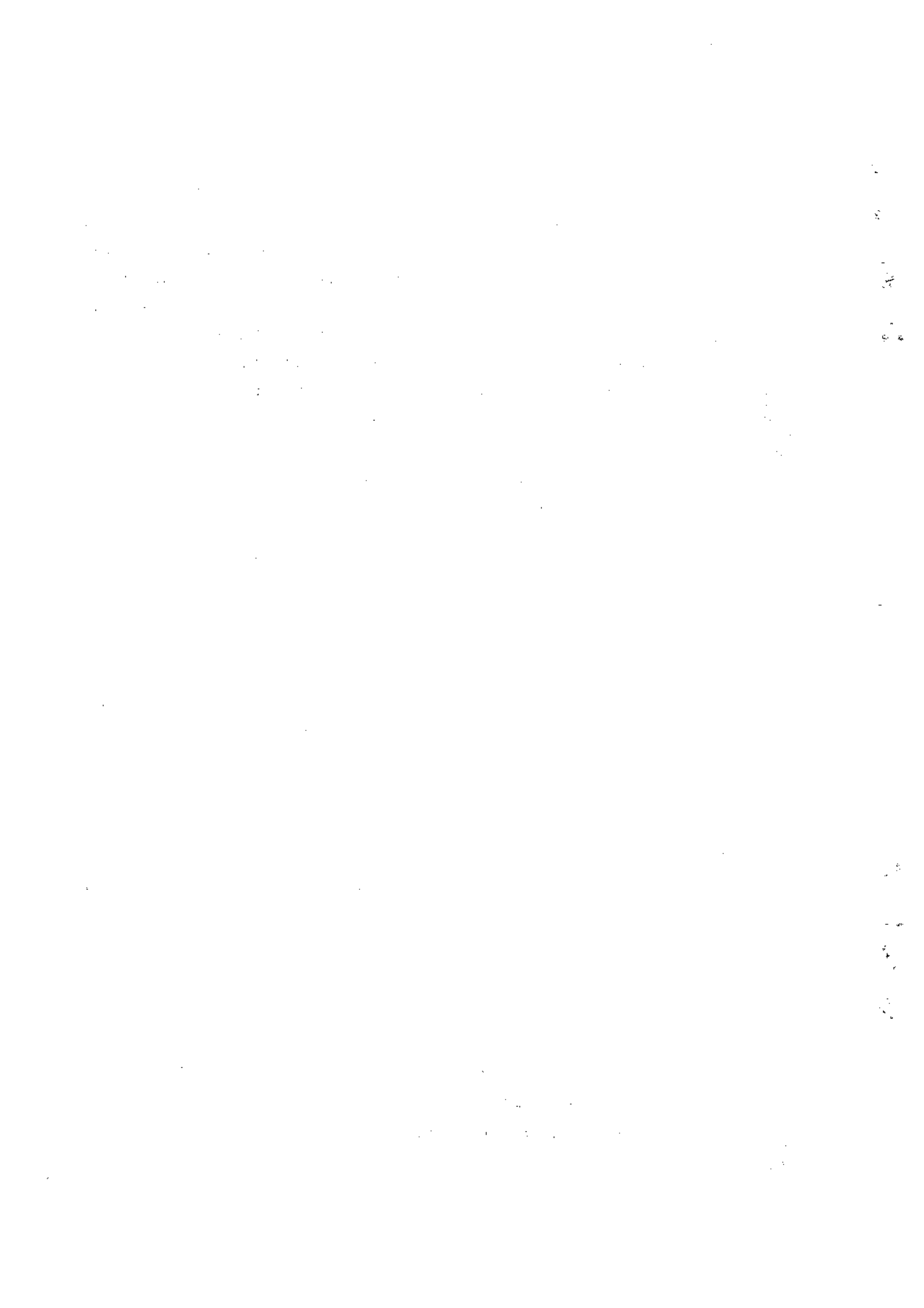
(5) Referimo-nos não só a Brasília executada nos anos 60 dentro da proposta de Lúcio Costa, mas a toda a edificação do Dis trito Federal dos anos seguintes.



Em Brasília, a morfologia espacial está mais adequada às novas funções urbanas requeridas pelo capitalismo e assim mais adequada ao novo estilo de vida que vem sendo gestado: do ponto de vista do usuário, a cidade é um espaço instrumentador de um projeto de vida elaborado nos parâmetros do individualismo. Se há um efeito da morfologia espacial urbana no modo de vida é o de melhor se adequar às tendências de intensificação do individualismo. Mas não se entenda que o individualismo é uma ideologia que não comporta contradições. Ao contrário. O individualismo está assentado na generalidade abstrata dos indivíduos e dos objetos imposta pelo capitalismo. Esta generalidade abstrata implica e se desdobra nos valores de universalidade, igualdade, liberdade e autonomia dos indivíduos, valores que não são idênticos entre si, mas sim, muitas vezes se contradizem. E o espaço de Brasília, imagem adequada do individualismo, expressa essas contradições: em nome da igualdade se desenhou um "espaço público sem barreiras" que não atende tão bem aos valores de liberdade e autonomia, entendíveis como a "privacidade" tão cara à classe média. Por este vértice, são as reformas parciais feitas sob a égide do capital privado e legitimação do poder público em cidades tradicionais que representam e se adequam melhor ao valor da liberdade individual.

Se o mito de Brasília como cidade única é quase intocável no discurso intelectual é porque, não só ela foi elaborada sob o signo da cidade-utopia, como nos seus primórdios, durante a construção e durante os primeiros assentamentos, criaram-se condições de preservação de crença em Brasília como utopia entre estes primeiros moradores. As classes populares viveram a dominação e a violência, mas, ao lado disso, criaram-se situações que permitiram a sustentação da esperança.

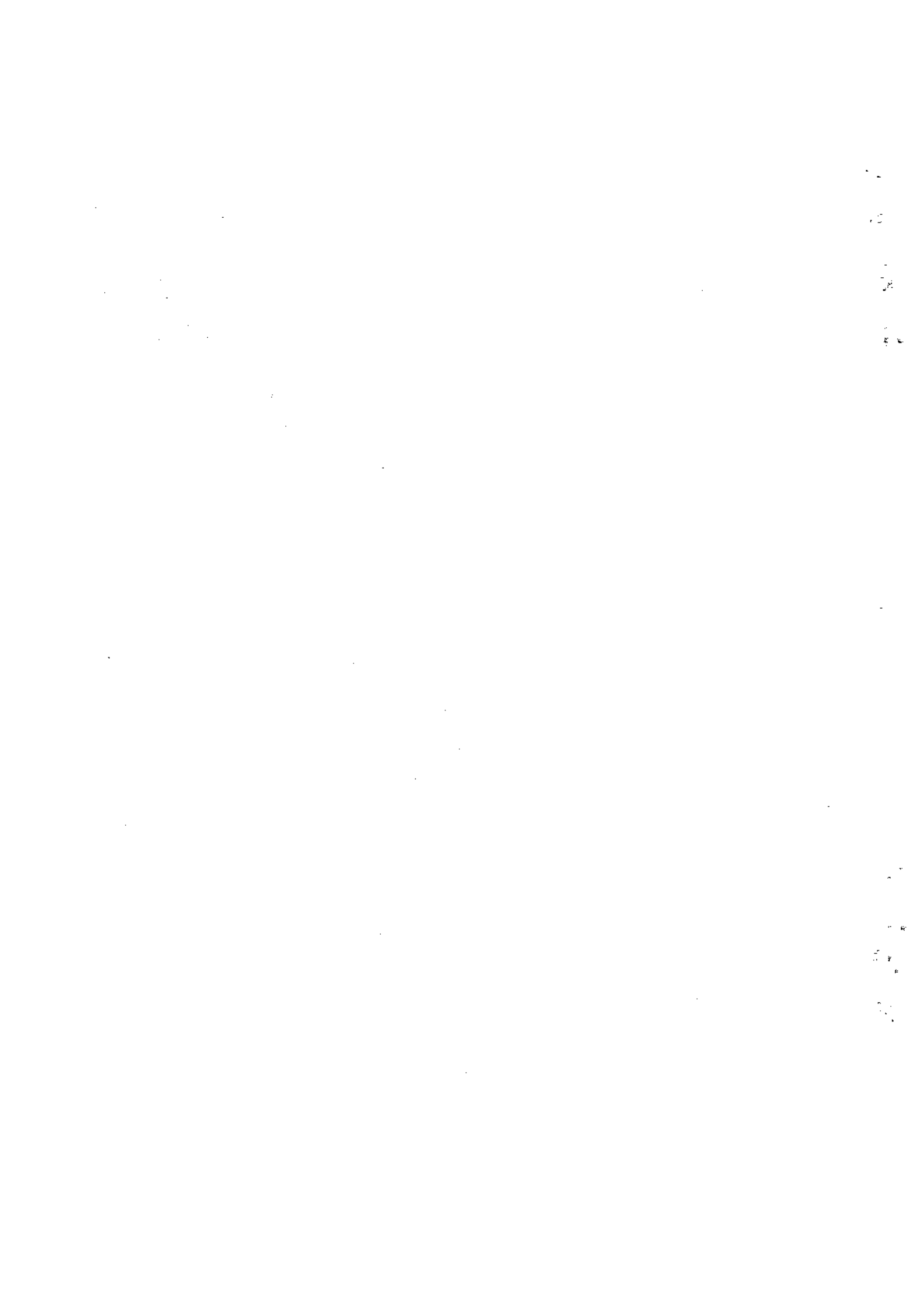
A crença na sua conotação utópica — da cidade como uma grande comunidade igualitária — só foi possível na época pioneira, no período que antecedeu a sua inauguração, por uma situação excepcional de pertencimento de todos a um todo único:



a grande obra da construção da cidade. A cidade era a obra, e como tal, a inserção de todos na sua construção, fez da cidade um território comum, ao qual todos lhe tinham acesso ao participarem do "trabalho" da construção. A utopia se fez pela permissão da proximidade física das classes dada não só no trabalho como nos acampamentos e, por vezes, até nos refeitórios. A proximidade física se fazia maior pela escala da obra e pela distância dos outros centros, a envolver todos num só padrão de recursos e desconforto: a poeira, unidades comerciais precárias, dificuldade de transporte, a distância dos seus lugares de origem e a dificuldade de comunicação.

Com a inauguração em 1960, a cidade já não é mais a grande obra e as moradias não são mais em grandes acampamentos. Rompe-se o território comum, rompe-se a utopia, porque aumentam as distâncias físicas das classes. A inserção social se dá preponderantemente pelo mercado de trabalho do funcionalismo público. A mudança de governo, pós-inauguração, interrompeu, mediante o corte de verbas, as obras da cidade. Faltou trabalho aos operários da construção e aos novos emigrantes não qualificados, bem como faltou habitações de um modo geral a todos. A inserção em Brasília passou a depender de uma outra lógica. Não se fizeram mais os acampamentos porque a obra já havia sido entregue. As residências definitivas deveriam ser ocupadas pelos funcionários do Governo, a quem são subsidiadas. A iniciativa privada caberia a construção de moradias para os habitantes que não compunham a administração pública. O acesso aos equipamentos urbanos dependia assim, inequivocamente, das possibilidades materiais de aquisição e das diferenças entre o mercado de trabalho estatal e o privado.

Por último, se o mito de Brasília, como cidade única e utópica, é tão forte, é porque o discurso intelectual sempre privilegiou como objeto o plano original de Brasília — a formalização primeira, em desenho, do planejamento do Distrito Federal — sem se dar conta que estabelecia uma identificação

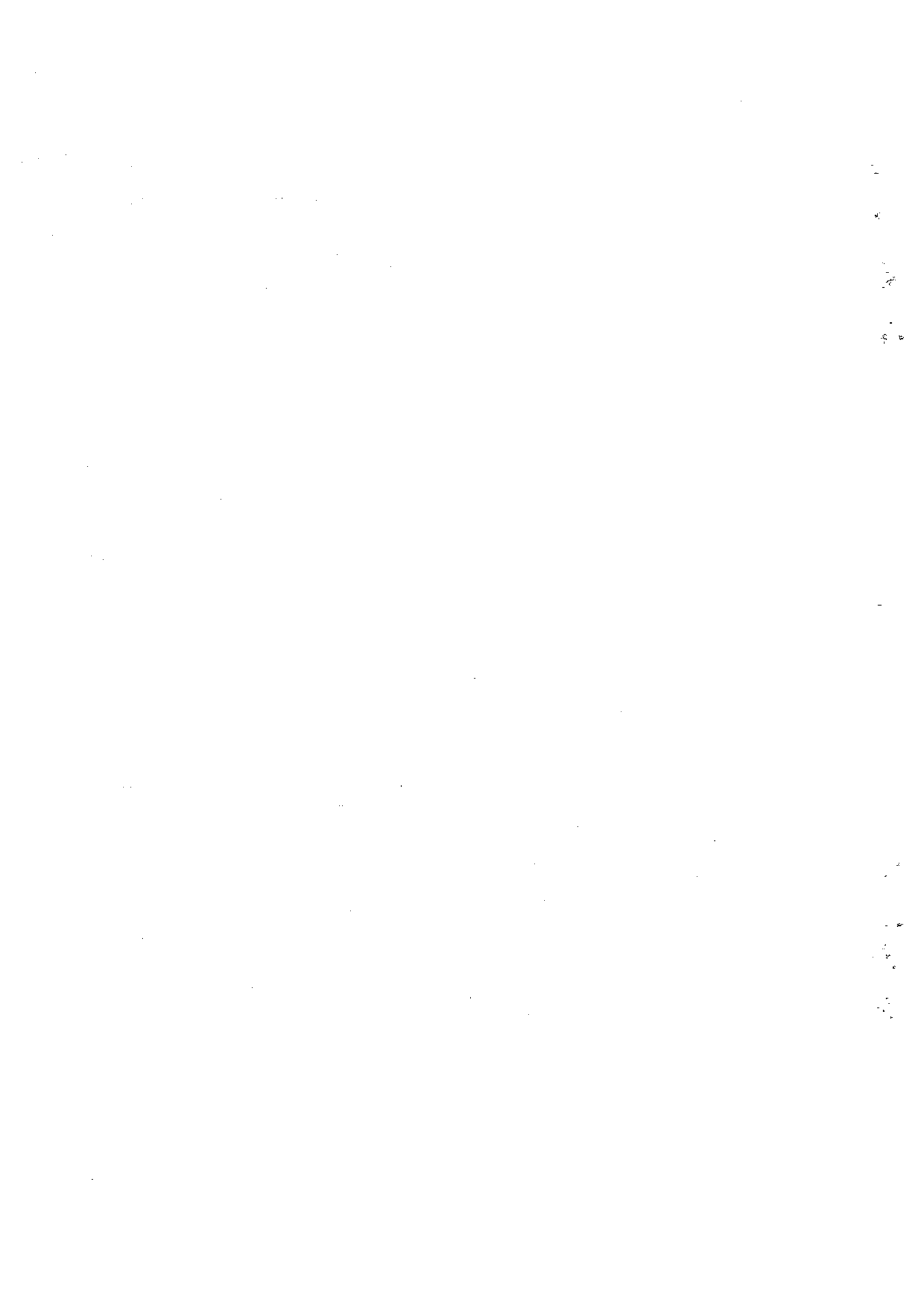


entre o Plano de Lúcio Costa e a cidade de Brasília, de tal modo que passou a exigir da implantação da cidade o cumprimento do desenho proposto. No discurso apologista aquilo que não rebate, na sua forma, o desenho original é tomado por "deturpação", por isto mesmo explicado por razões administrativas. No discurso crítico são a prova do "erro" do plano-utopia, pois a realidade passa a ser tudo aquilo que não está no desenho original: as reformas do Plano Piloto e, principalmente, a proliferação e crescimento das cidades satélites. O debate intelectual esquece que, na verdade, o plano nunca foi mais que a definição de um partido urbanístico para desenvolvimento de uma cidade capitalista, como observamos acima, que, por isto mesmo, supunha necessariamente um duplo desdobramento: enquanto desenho (e aqui nos referimos mais especificamente às cidades satélites), pois a escolha de um partido urbanístico permite expansão⁽⁶⁾, como enquanto planejamento, isto é, a atuação contínua e continuada do poder público para implantar e desenvolver a cidade planejada. Desse modo, as cidades satélites foram, dentro do planejamento, uma opção de desdobramento do partido urbanístico. Mas o debate não entende assim.

Críticos e apologistas de Brasília negam a implantação da cidade, desde a sua inauguração até as obras atuais de construção do PECT⁽⁷⁾, como obra total do planejamento. Brasília, no seu entender, fica sempre dividida entre o desenho de Lúcio Costa e as reformas sobre este desenho; o Plano Piloto e as cidades satélites; enfim, a "utopia" e a "realidade". O que quer dizer mais ainda: a cidade é vista como dividida entre o planejamento, referindo-se à construção do Plano Piloto, e a "espontaneidade", referindo-se primordialmente às cidades satélites. O debate confunde o plano com o planejamento, e, com isto, deixa de ver o desenvolvimento de Brasília, que inclui as pró

(6) Ver Jorge Wilhelm (1970)

(7) Plano Estrutural de Organização Territorial do D.F. (1977)



prias cidades satélites, como obra integral do planejamento. As cidades satélites não são uma parte que se opõe a interferência estatal do Plano Piloto, se não, compõem com este um todo sob a égide do Estado. Se se pode apontar uma dicotomia do desenvolvimento urbano de Brasília, ela reside na mudança de desenho conseqüente da substituição do grupo técnico de planejamento que vem se observando principalmente após 1968, quando então se expandem com mais velocidade as cidades satélites. E se, a título de mostrar uma outra dicotomia de Brasília se pode dizer que as classes populares nunca couberam no Plano Piloto, em função da tipologia arquitetônica das moradias que nunca permitiu a "auto-construção" e os "barracos" no Plano Piloto, há que se entender que este fato faz parte da cidade planejada; não pode ser entendido como decorrência do plano, mas como interferência do poder público, necessária à implantação da cidade planejada. E que, por traz dessa atuação do poder público, está a operação das regras capitalistas de segregação residencial: a valorização diferencial dos terrenos e dos imóveis nas cidades⁽⁸⁾.

Assim, conforme nossa análise, apresenta-se infundada a discursão de Brasília nos termos em que é colocada pelo debate intelectual. Se chegamos a Brasília, cidade filha do individualismo e do racionalismo, presa às suas contradições, é importante frisar que esta não é uma Brasília que aconteceu depois do Plano de Lúcio Costa, ou que, como querem os críticos, se esconde e se circunscreve naquele desenho. Se, com nossa análise, negamos a existência de uma Brasília utópica, não estamos aqui a fazer mais uma outra afirmação sobre o Plano de Lúcio Costa. Queremos sim demonstrar que esta Brasília é uma construção intelectual do debate brasiliense sobre o Relatório de Lúcio Costa e lançada na área de sua implantação: o Plano Piloto. O debate, ao se ater a essa conotação atribuída ao Plano Piloto, restringe Brasília a "cidade-espaço" e deixa de vê-la em suas múltiplas

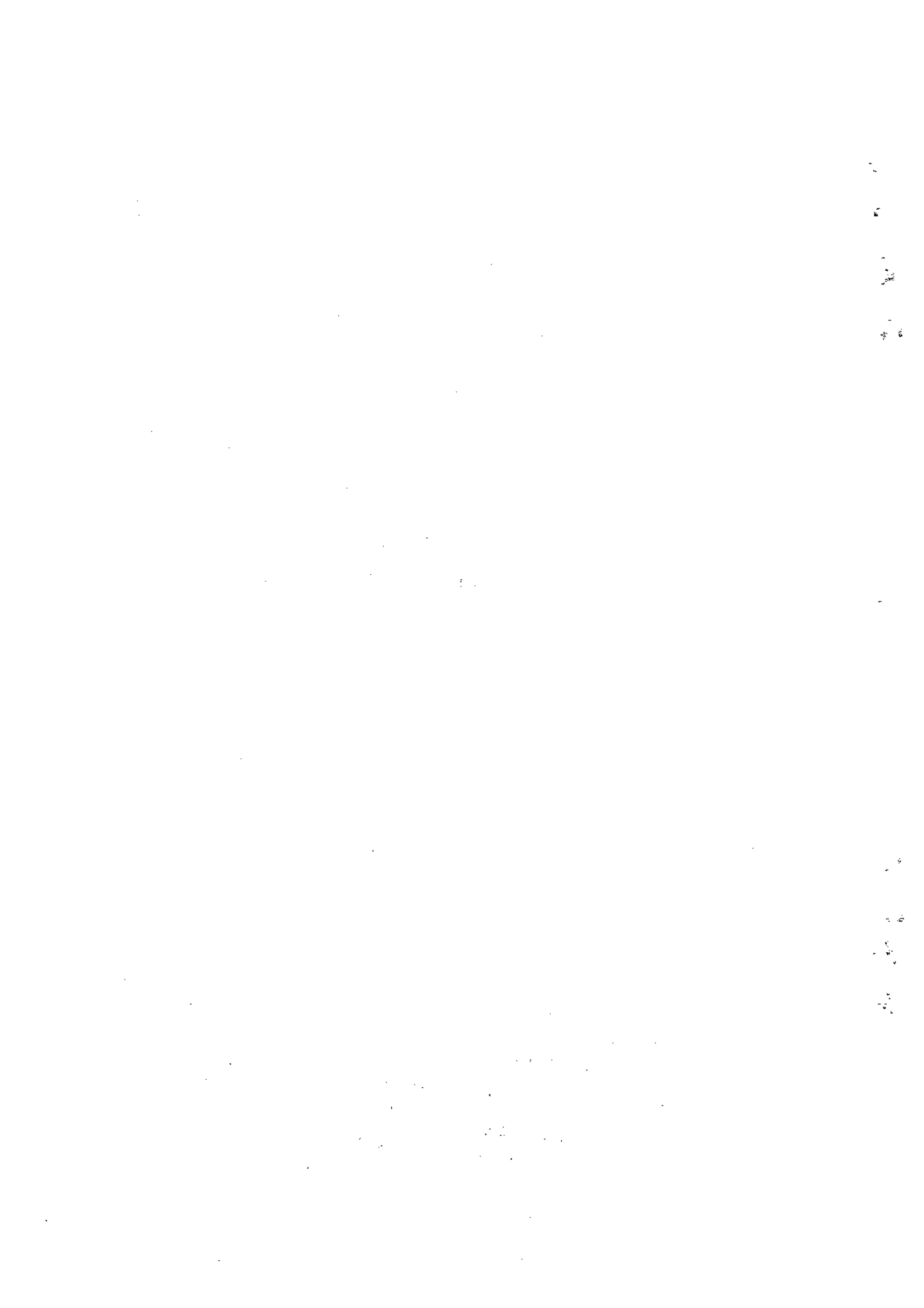
(8) Ver texto de Susely Gonzales neste mesmo volume.



faces, de cidade-capital, de cidade até agora sem representação política e de cidade capitalista.

BIBLIOGRAFIA DE REFERÊNCIA:

- ARIÈS, Philippe. "A família e a cidade". In Velho, G. Família, Psicologia e Sociedade. Rio de Janeiro, Campus, 1981.
- BICCA, Paulo. "Brasília: da apologia à crítica". Antídoto - Caderno de Arquitetura, UFSC, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Florianópolis, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. "Classement, déclassement, reclassement". Actes de la Recherche en Sciences Sociales, Paris, 24, novembro, 1978.
- COSTA, Lucio. "O urbanista defende a sua capital". Revista Acrópole. 375/376. 1970.
- DUMONT, Louis. Homo Aequalis. Gallimard, Paris, 1977. (Versão preliminar de tradução ao português, a ser publicada por Vozes/UnB).
- GONZALES, Suely Franco. "Contribuição à análise do espaço residencial de Brasília". UnB, IAU, Departamento de Urbanismo, 1979 (mimeo).
- GOROVITZ, Matheus. "Brasília, uma questão de escala". Croqui 2, abril/maio, Brasília, IAB/DF, 1979.
- HOLANDA, Frederico de. "O centro urbano de Brasília". Monografias do Distrito Federal, Brasília, UnB, Departamento de Arquitetura e Urbanismo, 1975 (mimeo).
- "Espaço e modo de produção". Brasília, UnB, IAU, Departamento de Urbanismo, 1981 (tradução ao português).
- LE CORBUSIER. Planejamento urbano. São Paulo, Perspectiva, 1971.
- Os três estabelecimentos humanos. São Paulo, Perspectiva, 1976.



O'CONOR, James. The fiscal crisis of the state. New York, St. Martin's Press. 1973.

OLIVEIRA, Francisco de. "Brasília ou a utopia intramuros". Croqui 2, abril/maio. Brasília, IAB/DF, 1979.

SCHMIDT, Benício Viero. O Estado e a política urbana no Brasil. Porto Alegre, Ed. da UFRGS e LPM, 1983.

WILHEIM, Jorge. "Brasília ano 2.000, in Revista Acrópole, 375/376, 1970.

1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

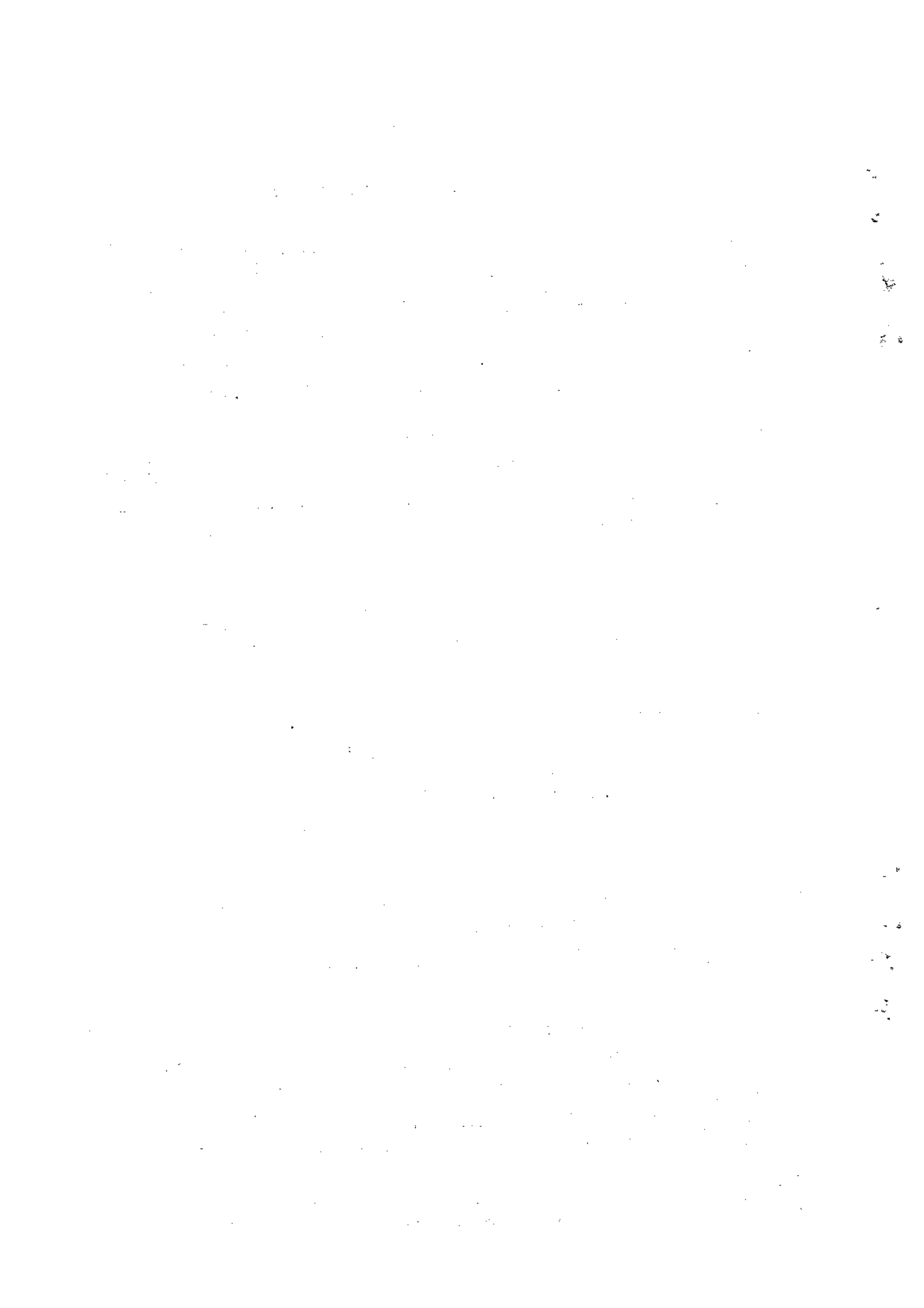
1
2
3
4
5
6
7
8
9
10
11
12
13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24
25
26
27
28
29
30
31
32
33
34
35
36
37
38
39
40
41
42
43
44
45
46
47
48
49
50
51
52
53
54
55
56
57
58
59
60
61
62
63
64
65
66
67
68
69
70
71
72
73
74
75
76
77
78
79
80
81
82
83
84
85
86
87
88
89
90
91
92
93
94
95
96
97
98
99
100

SÉRIE ANTROPOLOGIA

Títulos publicados:

- 01 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Povos Indígenas e Mudança Sócio-Cultural na Amazônia, 1973. Republicado^(*) em A Sociologia do Brasil Indígena, do mesmo Autor, 2^a ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB, 1978:173-196, e em Man in the Amazon, org. por Charles Wagley, Gainesville: The University Presses of Florida, 1974:111-135.
- 02 - RAMOS, Alcida Rita. Nomes Pessoais e Classificação Social na Sociedade Sanumã (Yanoama), 1973. Republicado no Anuário Antropológico/76:13-38 e em Peasants, Primitives and Proletariats, org. por Browman e Schwartz, Haia: Mouton, 1979: 191-205.
- 03 - MELATTI, Julio Cezar. O Sistema de Parentesco dos Índios Krahô, 1973. Republicado em Dialectical Societies, org. por D. Maybury-Lewis, Cambridge: Harvard University Press, 1979:46-79.
- 04 - RAMOS, Alcida Rita e PEIRANO, Mariza G. e S.. O Simbolismo da Caça em Dois Rituais de Nominação, 1973.
- 05 - WOORTMANN, Klaas. Comunidades e Haciendas no Peru Andino: Contribuição a uma Sociologia do Campesinato Latino-Americano, 1973.
- 06 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Um Conceito Antropológico de Identidade, 1974. Republicado em Alter 3(4), 1973: 208-219 e em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo Autor, São Paulo: Pioneira, 1976:33-52.
- 07 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Processos de Articulação Étnica, 1974. Republicado em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo Autor, São Paulo: Pioneira 1976:53-78, e em Procesos de Articulación Social, org. por Hermitte e Bartolomé, Buenos Aires: Amorrortu, 1977:282-304.

(*) Os textos republicados nem sempre o são na mesma língua e por vezes sofrem modificações no título e na redação.

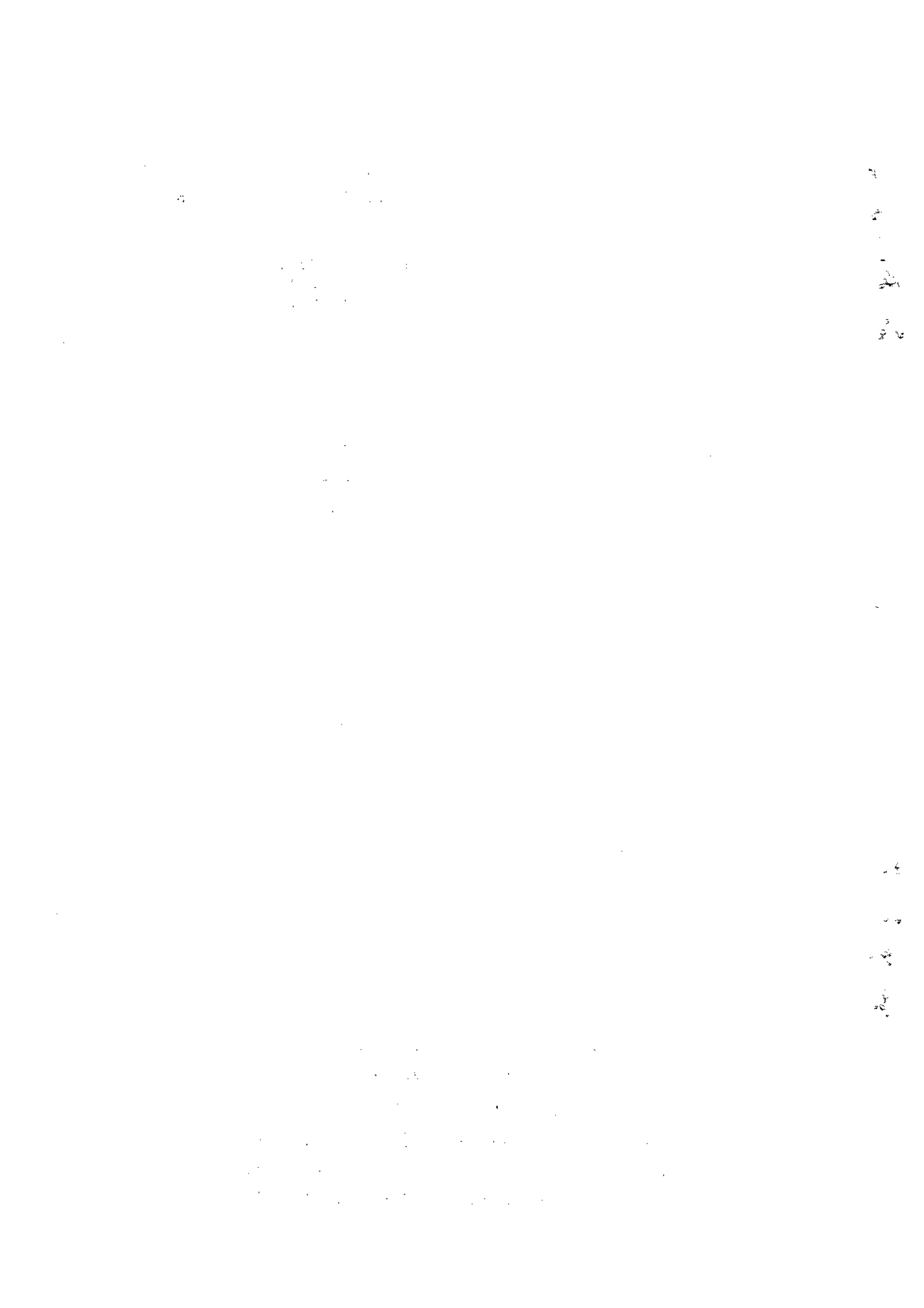


- 08 - MELATTI, Julio Cezar. Reflexões sobre Algumas Narrativas Krahô, 1974. A maioria das narrativas, sem as reflexões, re publicadas em Folk Literature of the Gê Indians, vol. II, org. por J. Wilbert e K. Simoneau, Los Angeles: University of California-UCLA, 1984:316-354.
- 09 - RAMOS, Alcida Rita. Identidade Étnica numa Situação Inter Tribal, 1974. Republicado em Hierarquia e Simbiose, org. pela mesma Autora, São Paulo: HUCITEC, Brasília:INL, 1980: 23-65.
- 10 - RAMOS, Alcida Rita. Mundurucu: Mudança Social ou Falso Problema?, 1974. Republicado em American Ethnologist 5, 1978: 675-689.
- 11 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Possibilidade de uma Antropologia da Ação entre os Tukúna, 1975. Republicado em América Indígena 37(1), 1977:145-169 e em A Sociologia do Brasil Indígena, do mesmo Autor, 2^a ed., Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, Brasília: Ed. UnB, 1978: 197-222.
- 12 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Reconsiderando Etnia, 1975. Republicado em Identidade, Etnia e Estrutura Social, do mesmo Autor, São Paulo: Pioneira, 1976:79-109.
- 13 - MELATTI, Julio Cezar e MONTAGNER MELATTI, Delvair. Relatório sobre os Índios Marúbo, 1975.
- 14 - ZARUR, George de C. Leite. Pescadores do Golfo do México: Racionalidade Econômica e Sistema Social, 1976.
- 15 - ZARUR, George de C. Leite. Repensando o Conceito de Matri focalidade, 1976.
- 16 - RAMOS, Alcida Rita. Extinção, Alienação ou Simbiose?, 1977. Republicado como introdução a Hierarquia e Simbiose, org. pela Autora, São Paulo: HUCITEC, Brasília: INL, 1980:1-17.
- 17 - CADAXA, Maria. No Burgo do Tempo Perdido: Vondervotteimittis Revisitado, 1977.

- 18 - RAMOS, Alcita Rita e ALBERT, Bruce. Descendência e Afinidade: o Contraste, 1977. Republicado na Actes du XLII e Congrès International des Américanistes, vol. II, Paris, 1977: 71-90.
- 19 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura de Mauss, 1977. Republicado como introdução a Mauss, org. pelo Autor, São Paulo: Ática, 1979:5-50.
- 20 - WOORTMANN, Klaas. Hábitos e Ideologia Alimentares em Grupos Sociais de Baixa Renda. Relatório Final, 1978.
- 21 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade e Estrutura Social, 1978. Republicado no Anuário Antropológico/78: 243-263 e em Enigmas e Soluções, do mesmo Autor, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983:103-125.
- 22 - LARAIA, Roque de Barros. A Situação das Minorias Étnicas no Brasil, 1978. A parte referente ao negro, ampliada, republicada no BIB 7, 1979:11-21.
- 23 - LUSTIG-ARECCO, Vera. Adaptação à Caça: Uma Análise Comparativa, 1978. Republicado na Revista de Antropologia 22, 1979: 39-60.
- 24 - MELATTI, Julio Cezar. À Procura de uma Classificação dos Personagens Mítico-Rituais Timbiras, 1979. Republicado no Anuário Antropológico/79:99-130.
- 25 - SIGAUD, Lygia Maria. O Sindicato e a Estratégia do Capital, 1979.
- 26 - AMARAL, Custódia Selma Sena do. Durkheim e o Estudo das Representações, 1979. Republicado no Anuário Antropológico/82: 134-164.
- 27 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Etnia e Estrutura de Classes, 1980. Republicado no Anuário Antropológico/79:57-78 e em Enigmas e Soluções, do mesmo Autor, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1983: 126-149.
- 28 - SILVERWOOD-COPE, Peter L. Os Maku - Povo Caçador do Noroeste da Amazônia, 1980. O 3º capítulo foi publicado no Anuário Antropológico/78: 176-239.



- 29 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. As "Categorias do Entendimen-
to" na Formação da Antropologia, 1982. Republicado no Anuá-
rio Antropológico/81:125-146.
- 30 - PEIRANO, Mariza G. e S.. Documentos e Identidade Social (Al-
gumas Reflexões sobre Cidadania no Brasil), 1982. Republica-
do com o título "Sem lenço, sem documento: reflexões sobre
cidadania no Brasil" em Sociedade e Estado vol.1 n.1:49-63.
- 31 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. "Sociedade Plural" e Pluralis-
mo Cultural no Brasil, 1982. Republicado em Tempo Brasi-
leiro 71, 1983:7-17 e em Proceedings of the American Ethno-
logical Society, Washington, 1984:35-48.
- 32 - RAMOS, Alcida Rita. Sociedades Indígenas, 1982. Republicado,
com cortes, como volume da Série Princípios, São Paulo:Áti-
ca, 1986.
- 33 - MACHADO, Lia Zanotta. Identidade e Individualismo, 1982.
- 34 - FISCHER, Michael M.. From Interpretive to Critical Anthro-
pologies, 1982. Republicado no Anuário Antropológico/83:55-
72.
- 35 - PEIRANO, Mariza G. e S.. Etnocentrismo às Avessas: o Concei-
to de "Sociedade Complexa", 1982. Republicado em Dados 26
(1), 1983:97-115.
- 36 - LARAIA, Roque de Barros. O Conceito Antropológico de Cultu-
ra, 1983. Republicado com o título Cultura: um Conceito An-
ropológico, Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- 37 - PEIRANO, Mariza G. e S.. A Antropologia Esquecida de Flo-
restan Fernandes: De Tupinambá, 1983. Republicado no Anuá-
rio Antropológico/82: 15-49.
- 38 - MELATTI, Julio Cezar. Antropologia no Brasil: um Roteiro,
1983. Republicado no BIB 17, 1984:3-52.
- 39 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Introdução a uma Leitura de
Rivers, 1984. A ser republicado como introdução a Rivers,
org. pelo Autor, São Paulo:Ática.
- 40 - WOODTMANN, Klaas. A Família Trabalhadora, 1984. Republicado
em Ciência Hoje 3(13), 1984:26-31 e em Ciências Sociais Ho-
je/1984, São Paulo: Cortez/ANPOCS, 1984: 69-87.



- 41 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Tempo e Tradição: Interpretan do a Antropologia, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/84: 191-203.
- 42 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. A "Categoria da Causalidade" na Formação da Antropologia, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/83:11-52.
- 43 - CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Leitura e Cultura de uma Perspectiva Antropológica, 1984.
- 44 - PEIRANO, Mariza G. e S.. O Antropólogo como Cidadão: Louis Dumont e o Caso Brasileiro, 1984. Republicado em Dados 29 (1), 1985:27-43.
- 45 - RAMOS, Alcida Rita. Categorias Étnicas do Pensamento Sanumã: Contrastes Intra e Inter-Étnicos, 1984. Republicado no Anuário Antropológico/84: 95-108.

Handwritten text at the top right edge of the page.

Handwritten text at the bottom right edge of the page.